



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciência Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

São Tomé e Príncipe – Integração Regional e o Relacionamento com Economias Terceiras

Erlander de Ceita da Trindade

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia e Políticas Públicas

Orientadora: Professora Doutora Cristina Maria Paixão de Sousa. Professora do Departamento de Economia Política. ISCTE-IUL Business School.

Outubro, 2016

Dedicatória

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, meu guia, socorro presente na adversidade, ao meu pai, Óscar Fernandes da Trindade, minha mãe Elécia Ferreira de Ceita e ao meu filho Rodrigo e aos meus saudosos irmão Edne Trindade e cunhado António Pereira, que as suas almas descansem em paz.

Agradecimentos

A realização desta dissertação de mestrado contou com importantes apoios e incentivos sem os quais não se teria tornado uma realidade e aos quais estarei eternamente grato.

Ao Deus pela força espiritual em momento de fortes emoções marcado por doença e perdas precoce de irmão Edne Trindade e cunhado António Pereira, que Deus lhes tenham.

À Professora Doutora Cristina Sousa, pela sua orientação, apoio disponibilidade, pelas opiniões, colaboração no sentido de solucionar os problemas que foram surgindo ao longo deste trabalho.

Às pessoas que prescindiram algum do seu tempo para responder ao questionário. Um agradecimento especial ao Professor Doutor Esterline Gonçalves Género, pela amizade e pela enorme interesses e disposição em colaborar sempre que solicitada a sua ajuda.

Sou muito grato a todos os meus familiares pelo incentivo recebido ao longo destes anos: Ao meu filho Rodrigo e à minha esposa Vany por todo apoio que me deram e pela compreensão que tiveram, nas inúmeras horas em que ficaram privados da minha companhia

O meu profundo e sentido agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação, estimulando-me intelectual e emocionalmente

Resumo

Este trabalho pretende apresentar posição geoestratégica de São Tomé e Príncipe enquanto nó entre vários arcos num espaço de interação entre economias regionais e extra-regionais, e o seu impacto como grande desafio para o desenvolvimento do país, em virtude de acordos internacionais de liberalização económica.

Um país que decorrente da sua especificidade geográfica, possui vocação de na encruzilhada dos três continentes vir a converter-se num entreposto entre economias terceiras e economias regionais africanas. Este pode ser considerado como uma porta aberta no Atlântico, em função da descontinuidade geográfica o que favorece o controlo da criminalidade, a segurança interna e a conservação de muitos elementos de atratividade dos agentes económicos, e lhe confere prestígio internacional. No entanto, o país é confrontado com importantes constrangimentos como o isolamento, a pequena dimensão geográfica e as carências de recursos naturais e infraestruturas, além de estar inserido numa comunidade regional (CEEAC) rica em matérias-primas, na qual a proporção de comércio internacional gerada é das mais baixas do continente africano, devido fatores de natureza contextual (deficiente diversificação da atividade económica, conflitos internos e transfronteiriços entre alguns países-membros), que consequentemente dificultam a sua emancipação na cena internacional.

Parindo do princípio que integração regional pode favorecer um tipo de globalização mais equitativa e constituir uma das estratégias mais competitivas de internacionalização para países em via de desenvolvimento, esta é apresentada não só como alternativa para o desenvolvimento, mas também como oportunidade do país sair do isolamento e inserir-se na economia internacional, fazendo face aos desafios da globalização

No entanto, apesar dos dados concretos apontarem para resultados marginais quanto a participação de São Tomé e Príncipe na CEEAC, sem uma perspetiva encorajadora, os resultados obtidos do estudo demonstram de forma clara e inequívoca a necessidade da inserção de São Tomé e Príncipe nas comunidades regionais, como fórmula mais satisfatória de responder as necessidades imediatas de modernização, de abertura da sua sociedade, da democratização e inserção na economia mundial.

Summary

This work intends to present Sao Tome and Principe's geostrategic position as a node among multiple arcs of an interaction space between regional and extra-regional economies and its impact as a major challenge to the development of the country under international agreements for economic liberalization.

A country that due to its geographical specificity, as a crossroad among three continents, has vocation to become an entrepot between third-countries and African economies. It can be considered an open door in the Atlantic according to the geographical discontinuity which favors the crime control, internal security, the maintenance of economic attraction for investors and grants international prestige. However, the country is confronted with major constraints such as geographic isolation, its reduced dimensions and the lack of natural resources and infrastructures, in addition to being entered in a regional community (CEEAC) rich in raw materials, in which the proportion of international trade generated is the lowest of the African continent, because contextual nature factors (poor diversification of economic activity, internal and cross-border conflicts between some member countries), which consequently hinder their emancipation in the international arena. Assuming that regional integration can promote a fairer globalization type and constitute one of most competitive strategies of internationalization for developing countries, this is presented not only as an alternative to development, but also as an opportunity break up with the country's isolation and integrate it into the international economy, facing the globalization challenges.

Although, despite the data pointing to a marginal participation of Sao Tome and Principe in CEEAC, without an encouraging perspective, the results of this study show clearly and unequivocally the need for insertion of Sao Tome e Principe in regional communities, as the most satisfactory formula to respond to the immediate needs of modernization, society opening, democratization and integration into the world economy.

Acrónimos e abreviaturas dos termos utilizados

CEEAO - Comunidade Económica do Estados da Africa Oriental

BAD- Banco Africano de Desenvolvimento

BM-Banco Mundial

CAE - Comunidade Africa do Oeste

CE – CPLP - Confederação Empresarial - Comunidade Países Língua Portuguesa

CEA - Comunidade Económica Africana

CEEAC - Comunidade Económica Estados África Central

CEMAC - Comunidade Económica e Monetária da África Central

CEN- SAD - Comunidade dos Estados Sahelo – Saharianos

CEPGL - Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos

CER - Comunidade Económica Regional

CES - Centro de Estudos Sociais

CGD - Caixa Geral Depósitos

CMSDSG - Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização

COI - Comunidade do Oceano Indico

COMESA - Mercado Comum da África Oriental e Austral

COMIFAC - Comissão da Floresta da África Central

COREP - Comité Regional de Pesca para o Golfo da Guiné

EIU - *Economist Intelligent Unit*

EM - Estado Membro

EU - União Europeia

FMI- Fundo Monetário Internacional

FOMAC - Força Multinacional da Africa Central

FSRDA - Fundo Especial Regional de Desenvolvimento Agrícola

HIPC - *Heavily Indebted Poor Countries*

IDE - Investimento Direto Estrangeiro

IGADC- Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento

IPC - Índice Preço Consumidor

MAP - Programa Africano para Milénio

MARAC- Mecanismo de Alerta Rápido para África Central

STP – I RET

NAFTA-Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

OUA - Organização da Unidade Africana

PAC-CEEAC - Política Agrícola Comum

PDCT-AC - Plano Desenvolvimento Consensual de Transporte em África Central

PEAC - Grupo de Energia (ou Centro energético) da África Central

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD- Programa da Nações Unidas para Desenvolvimento

PRFNECEEAC - Projeto Regional de Facilitação dos Negócios no Espaço CEEAC

PRSA-AC Programa Regional para Segurança Alimentar na África Central

SACU - União Aduaneira da Africa Austral

SADC - Comunidade de Desenvolvimento da Africa Central Austral

STD - Dobras Santomense

UA- União Africana

UEMOA- União Económica Monetária Oeste – Africana

UMA -União do Maghreb Árabe

URM - União do Rio Mano

ZEE - Zonas Económicas Exclusivas

Índice

Dedicatória	i
Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Summary	iv
Acrónimos e abreviaturas dos termos utilizados.....	v
1. Introdução.....	1
2. Conceitos e teorias relevantes	5
2.1. Globalização	5
2.2. Conceitos de Integração.....	7
2.3. O Processo de Integração Regional	8
2.4. Formas de integração.....	10
2.5. Análise da Integração económica regional	12
2.6. Importância da integração económica para os países em vias de desenvolvimento	15
3. Integração Regional em África	18
3.1. Contextualização da economia africana	18
3.2. Processos de Integração em África.....	22
3.2.1. Organização da Unidade Africana (OUA).....	23
3.2.2. União Africana.....	25
3.2.3. Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD).....	26
3.2.4. Comunidade Económica Africana (CEA)	27
3.2.5. Comunidade Económica do Estados da Africa Central	32
4. Economia e a Sociedade S. Tomé e Príncipe	39
4.1. Contexto económico e sócio - cultural	39
4.2. Estrutura Produtiva	41
4.3. Estratégia de Desenvolvimento	43
4.4. Ambiente de negócios em São Tomé e Príncipe	45
4.5. Sistema financeiro em São Tomé e Príncipe	45
4.6. Balança de pagamentos	46
4.7. O contexto político	49

STP – I RET

5. Processo de instituição e integração de São Tomé e Príncipe na CEAAC – um estudo empírico.....	51
5.1. Metodologia usada no estudo empírico	51
5.1.1. Objetivo do questionário.....	51
5.1.2. Aplicação do questionário.....	52
5.2. Análise das respostas	52
6. Conclusão	58
Referências bibliográficas:	63
Anexos.....	65
Anexo 1 – Guião de inquérito	66
Anexo 2 - Apresentação dos resultados dos questionários – perguntas abertas.....	68
Anexo 3 – Guião de Inquérito	71
Anexo 4 – Análise das respostas fechadas	76

1. Introdução

Este trabalho foi realizado no âmbito do Mestrado em Economia e Políticas Públicas, do ISCTE, com objetivo de apresentar a dinâmica e o impacto da integração regional da CEEAC em S. Tomé e Príncipe.

A opção pelo tema deve-se essencialmente à necessidade de aprofundar a reflexão sobre a dinâmica da integração regional, pela importância estratégica que assume como pilar fundamental para estruturação e desenvolvimento de projetos regionais, enquanto fenómeno assente no princípio solidário de desenvolvimento, com vista a contribuir para convergência entre economias mais e menos desenvolvidas, através dos fatores como mobilidade de capital e de mão-de-obra, aumento do volume do comércio e desenvolvimento e difusão da tecnologia (Moreira, 2010).

A conjuntura mundial vem sendo marcada por grandes transformações geopolíticas e culturais, entre as quais sobressaem a emergência ou o ajustamento de blocos regionais, económicos e político-militares.

Num mundo cada vez mais globalizado, os acordos de cooperação e integração regional são vistos como estratégias de desenvolvimento, assente na recuperação, no crescimento económico robusto e autossustentável com reflexo na melhoria de qualidade de vida e do bem-estar social. Estes acordos, que podem refletir diferentes níveis de integração, manifestam-se pelo estabelecimento de uma zona de comércio livre, a remoção de barreiras tarifárias e não tarifárias, pela remoção de todas as restrições ao comércio e ao movimento de pessoas e bens no mercado comum, pelas políticas económicas, monetárias, fiscais. Estes acordos estão também associados à garantia da estabilidade política, económica e à garantia de boa governança (Medeiros, 198: 91- 95).

Com o alargamento do mercado, não obstante os países e as empresas se poderem especializar nos fatores de produção que possuem vantagens comparativas e serem mais competitivas, os bens e serviços são comercializados livremente e tendem a ser produzidos em condições ótimas de eficiência e a satisfazerem, com menores preços, as necessidades dos consumidores. Ao longo desta investigação procurou-se compreender as dinâmicas da integração e os respetivos fatores de influência, bem como verificar a contribuição, evolução das dinâmicas

de integração do objeto de estudo em análise – o processo de integração regional de São Tomé e Príncipe.

S. Tomé e Príncipe é um país insular, com aproximadamente 200 mil habitantes, sendo uma pequena economia baseada essencialmente na produção e exportação de cacau, fortemente dependente da importação, da ajuda internacional e muito exposta a choques externos. Com deficiências estruturais bastante acentuadas, o sector privado é embrionário e o seu desenvolvimento é limitado pela pequena dimensão do país pelo isolamento geográfico, além de outros constrangimentos (AIP, 2014).

Contudo, o país tem vindo a registar uma recuperação gradual do Produto Interno Bruto na ordem dos 5% ao ano desde 2010, revelando-se o sector dos serviços decisivo para o crescimento económico (AICEP Portugal Global, 2015). Paralelamente, com uma inflação de 7% e o desemprego nos 13,6%, os agregados macroeconómicos têm respondido favoravelmente a retoma económica que, de acordo com os organismos internacionais deverá manter nos próximos anos (AICEP Portugal Global, 2015).

No quadro da cooperação económica e da integração regional, o país enfrenta o desafio de se tornar uma economia competitiva e dinâmica. A estratégia de crescimento e desenvolvimento deverá assentar na estruturação do sector dos serviços, com base na vantagem comparativa derivada da localização geográfica no Golfo da Guiné, uma das mais ricas da África, com mais de 300 milhões de consumidores.

Decorrente da sua especificidade geográfica, o país possui vocação de vir a converter num entreposto entre economias terceiras e economias regionais africanas. A descontinuidade geográfica favorece o controlo da criminalidade, segurança interna e conservação de muitos elementos de atratividade dos agentes económicos.

A promoção da posição geoestratégica do país, enquanto nó entre vários arcos de cooperação internacional e interdependência entre as economias regionais integradas, enquadra-se num contexto de oportunidade para promover o desenvolvimento socioeconómico equilibrado e contribuir para o objetivo da consolidação das condições estruturais para atração e reprodução de capital a partir da sustentabilidade de novos patamares de crescimento e desenvolvimento, gerar valor acrescentado, contrariando os atuais níveis de fragilidade e de informalidade que caracterizam a economia santomense, aumentando a capacidade interna de produção de bens e serviços comercializáveis e conseqüentemente a sua competitividade (African Development et al., 2012).

Neste contexto, as políticas públicas de desenvolvimento, deverão assentar nas vantagens geográficas e a partir daí delinear estratégias no âmbito de um desenvolvimento económico sustentável.

Como referido por Robson (1998: 4), a integração entre o regionalismo, com argumentos puramente económicos, e boas práticas políticas poderá conduzir a ganhos de bem-estar social, além de uma eficiente solução de desenvolvimento. Isto é, o avanço da integração regional preconiza a eficiência no uso de recursos de base regional, na sequência da eliminação das barreiras à livre circulação das pessoas e bens, da mobilidade dos processos produtivos entre países integrados.

A expectativa é que reforço da cooperação económica e da integração regional constitua uma estratégia de desenvolvimento com efeito na produção de bens e serviços de valor acrescentado, garantindo a elevação do nível de bem-estar, mediante a promoção da interdependência entre os sistemas político, económico e social. No entanto, essa garantia só será possível se o progressivo fortalecimento do espaço institucional intra-económico traduza na criação e consolidação das condições estruturais para atracção e produção de capital a partir da sustentabilidade de novos limiares de crescimento e desenvolvimento, contrariando os atuais sinais de fragilidade e informalidade que caracterizam a economia do país, aumentando a capacidade interna de produção de bens e serviços comercializáveis e conseqüentemente aumento da competitividade. A importância do reforço da integração para os países membros é assumida, como estratégia para o fomento do desenvolvimento socioeconómico do território integrado, na procura de maior integração e redução das disparidades económicas e sociais decorrentes da existência de fronteiras, os obstáculos e dos efeitos das barreiras que estes provocam (Moreira, 2010).

Embora em África o processo de integração possa ser marcado por dificuldades e falhas registadas nas diferentes experiências, de certa forma, é um processo visto como favorecendo a convergência das regiões, na medida em que reduz as assimetrias e fomenta o desenvolvimento socioeconómico e a justiça (Ferreira, 2005).

Neste contexto, a pergunta de partida desta dissertação é: quais as vantagens comparativas que São Tomé e Príncipe deverá desenvolver, a fim de se vir a converter num entreposto entre as economias terceiras e os mercados regionais africanos e, assim beneficiar das externalidades decorrente do processo de integração?

De forma a responder a esta pergunta de partida, presente pesquisa adota uma metodologia que envolve diferentes métodos e técnicas, onde se destaca a realização de questionários, para recolha de dados primários, bem como o levantamento e análise de dados estatísticos e

informações existentes (dados secundários), que serão relevantes na interpretação do objeto de estudo, de forma a permitir verificar os contextos no qual os fenómenos em estudo se desenvolvem. Procuraremos incidir sobre a análise dos questionários e a evolução de alguns indicadores estatísticos relevantes e, relacionar as conclusões obtidas com a pesquisa bibliográfica efetuada, para analisar as relações que estruturam os fenómenos em estudo.

Face à pergunta de partida a revisão da literatura procurará centrar-se em conceitos fundamentais, como integração regional, cooperação e os seus efeitos, que merecerão reflexão e estruturarão o trabalho.

A primeira parte do trabalho aborda o conceito e teorias de integração regional, considerados estruturantes para enquadrar conceptualmente da pesquisa realizada (capítulo 2). Também inclui a descrição e análise da evolução do processo de integração regional, identificando os entraves e os desembarços, bem como a caracterização da integração regional africana, particularmente da Comunidade Económica de África Central, espaço regional onde São Tomé e Príncipe se encontra integrado (capítulo 3).

A segunda parte do trabalho centra-se na contextualização de São Tomé e Príncipe enquanto objeto de estudo, baseada numa caracterização geral do país nas dimensões social, política e macroeconómica, analisando também o quadro do comércio externo do país (capítulo 4). Foca ainda a natureza efetiva da integração de São Tomé e Príncipe na CEEAC, onde se pretende discutir as questões abordadas na literatura que servem de suporte para a construção do trabalho, no intuito de perceber a natureza e vantagem da integração (capítulo 5). Finalmente procede-se a apresentação das principais conclusões fundamentadas nas orientações produzidas pelo enquadramento teórico bem como pela análise das conclusões produzidas pela análise de dados resultantes da aplicação de questionários, no intuito de responder as inquietações levantadas na pergunta de partida (capítulo 6).

2. Conceitos e teorias relevantes

2.1. Globalização

As sociedades contemporâneas vêm sendo confrontadas com transformações socioeconômicas, políticas, entre outras, que vêm alterando substancialmente o modo de vida das populações, permitindo maior proximidade e convívio entre diferentes povos e regiões.

A globalização enquanto fenômeno de integração cultural, social econômica e política, através da internacionalização dos mercados e difusão planetária das técnicas de produção, consagrou-se no século XX, sobretudo a partir dos anos 80 muito por culpa das novas tecnologias de informação e comunicação (Morreira, 2010).

Fatores como acordos multilaterais de um grande número de países, progressos técnicos nos transportes e comunicação eletrônica, bem como dispersão geográfica dos processos de produção e das cadeias de valor, permitiram a supressão dos obstáculos às correntes internacionais de troca de mercadorias e de capitais, a redução dos custos das transações comerciais, a redução dos desequilíbrios dos benefícios da globalização e a maior flexibilidade dos fatores de produção (Medeiros, 1998: 89).

Face à globalização, segundo Morreira (2010), observou-se uma integração crescente dos mercados locais, que anteriormente constituíam economias nacionais com forte protecionismo, um processo de mercado mundial integrado que pode dividir-se em três dimensões: comercial – onde na sequência da diminuição de barreiras comerciais se verifica o aumento do comércio internacional; produtiva – as novas tecnologias de informação e comunicação, bem como as mudanças organizacionais permitiram a aceleração do processo produtivo, a internacionalização e o aumento da concorrência a escala mundial; financeira – por integração dos mercados financeiros nacionais num único mercado internacional através da desregulamentação, liberalização financeira e monetária e abertura dos mercados financeiros nacionais.

A globalização consagrou o mercado mundial, que passou a funcionar através de redes sofisticadas com novos métodos de produção e técnicas de controlo, que significa maior concorrência e competitividade na sequência da obtenção de economias de escala, do aumento dos mercados, da liberalização das trocas e dos movimentos de capitais (Medeiros, 1998: 88-93). Por conseguinte, o aprofundamento da internacionalização das relações capitalistas, de comercialização, produção e finanças conduz à liberdade de ação das empresas privadas e à

liberdade de circulação dos bens e serviços através das fronteiras sem qualquer tipo de entraves.

Moreira (2010) afirma que, no mercado globalizado, as estratégias das empresas após o choque petrolífero de 1973, passaram por novas forma de organização do trabalho e pela utilização de novas tecnologias de informação e comunicação, os quais permitiram a retoma da tendência de crescimento das taxas de lucros das empresas no mercado global. A utilização das novas tecnologias de informação e comunicação nos fatores produtivos permitiu o aumento da produção e o aumento da concorrência internacional, assim como provocou o aumento de taxa de desemprego em diversos países.

Consequentemente, as inovações tecnológicas e as políticas macroeconómicas de liberalização dos mercados financeiros e comerciais estiveram na base da intensificação do processo de globalização e a integração dos mercados financeiros. Daí que a CMDSG (2005: 98) frise que significativos países com nível de desenvolvimento mais ou menos retardado e, abrangendo uma parte significativa da população mundial, tenham aderido, durante a década de 1990, à integração económica com o resto do mundo facilitado a universalização do sistema capitalista, o processo de globalização e o seu funcionamento.

O impulso da globalização económica na sequência de novas formas de produção, distribuição e consumo de bens e serviços derivados das novas tecnologias de informação e comunicação, a queda do regime comunista nos países da Europa Oriental bem como a substituição das suas economias centralmente dirigidas por economias de mercado, e a crescente adoção dos mecanismos reguladores do mercado por parte da China podem no entanto provocar excessos, com acordos abusivos ou posições dominantes, falseando assim o equilíbrio do mercado. Perante os desequilíbrios nas relações económicas entre Estados, reconheceu-se a necessidade de ajustamento das forças económicas que decorre do fenómeno da interdependência (Bento, 2005: 94).

Neste contexto, tem-se acentuado o movimento da regionalização por meio da integração regional de diversos países como reação à globalização. Um fenómeno que a OCDE distingue da globalização ao defini-la, como conjunto de medidas tomadas pelos Estados para aumentar ou diminuir obstáculo às trocas, aos investimentos, aos fluxos de tecnologia e outros movimentos de fatores entre grupos de países, enquanto a globalização é definida como fenómeno fundamentalmente microeconómico (globalização dos mercados de bens e serviços da produção, da concorrência), comandada por ações e estratégias de sujeitos microeconómico (Medeiros, 1998: 93).

Neste contexto, as integrações regionais de diversos países representam o mecanismo de Estados e empresas influenciarem a globalização pois, constituem oportunidades de desenvolvimento para os países constituintes passarem a dispor de mercado mais alargado onde operam diversas empresas, tornando no entanto a economia mais competitiva consequentemente promovendo a convergência entre os Estados integrantes.

De acordo com esta perspectiva, uma vez no mercado mundial por intermédio da integração, os países beneficiam positivamente dos efeitos da globalização em vários termos como por exemplo económico, através do aumento da dimensão do mercado; na resistência às flutuações económicas; no reforço de poder de negociação dos países mais pequenos; no aumento do investimento nas competências, infraestruturas, investigação, tecnologia e apoio à inovação; ao nível político com seu peso ao nível da representatividade nas instituições internacionais; ao nível da segurança – considerado um meio para atingir a paz e participação mais ativa na economia global. Todos estes aspetos de modo geral refletem na melhoria de condições de vida das populações ligadas à economia global (CMDSEG, 2005:101).

Moreira (2010), chama atenção para o fato da regionalização ter estado a produzir efeito positivo praticamente em dois blocos regionais, a União Europeia (UE) e o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), onde se registam maior fluxo da produção, comércio e investimento direto externo na economia mundial.

2.2. Conceitos de Integração

Apesar de não existir uma definição unânime do processo de integração, havendo diferenças de acordo com o enfoque apresentado pelos diversos atores, a tendência é para a convergência quanto ao entendimento, de cúmplice económico entre economias separadas. Tomamos como exemplo as perspectivas, apresentada pelos seguintes autores:

- Belassa citado por Moreira (2010), enuncia este processo como o conjunto de medidas tendentes a abolir a discriminação e barreiras existentes entre os países envolvidos, um estágio que corresponde a ausência de formas diversificadas de discriminação entre as economias nacionais dos países membros.
- Robson (1998:7) por sua vez, considera que a integração está essencialmente ligada à eficiência no uso de recursos, com particular referência ao processo espacial incluindo como conteúdo a liberdade de circulação de bens, de fatores de produção e inexistência de discriminação.

Por conseguinte, com base nos conceitos acima apresentados podemos dizer que a integração resulta de uma política comum num espaço físico e económico integrado, com vista ao alargamento do mercado e à livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais, através da eliminação de barreiras e obstáculos existentes, isto é, a integração corresponde a um estado de harmonização ou uniformização dos sistemas internos dos Estados-Membros com intuito de promover a sua integração política e económica.

Muito embora os dirigentes se preocuparem quase que exclusivamente com a eficácia em termos económicos, segundo Robson (1998: 14), a integração não pode ser vista apenas nestes aspetos dado que, para além dos aspetos económico e políticos, muitos outros influenciam a integração, isto é, o sucesso ou não do processo da integração assenta também noutras variáveis subtendidas como a segurança, religião, diversidade cultural, tráfico de drogas, entre outras.

Venâncio (1997: 104) defende que a integração pode ajudar a estabilizar os regimes políticos, diminuir assimetrias entre Estados, assegurar a paz e a segurança regional quando decorre com sucesso. No entanto, o mesmo autor acrescenta que a probabilidade do sucesso aumenta quando os benefícios económicos e políticos se complementam.

Não é o caso do continente africano, onde as constantes crises políticas e a falta de complementaridade entre as demais economias têm condicionado o desenvolvimento (Trindade, 2006: 17). A integração requer que decisões sejam tomadas e implementadas em grupos de forma transparente entre os Estados-Membros (E.M.) (PRFN-CEEAC, 2015).

Nesta ótica, o processo de integração, vista como iniciativa estatal que organiza atividade económica através de medidas administrativas e legislativas, exige a intervenção do poder político.

2.3. O Processo de Integração Regional

O conceito de processo de integração regional remete-nos para ideia de criação de elos económicos internacionais entre países geograficamente vizinhos, com o desenvolvimento harmonizado de todos os Estados integrantes. É um processo que se manifesta de diversas formas ou estágios. Entre elas, o mercado livre, a união aduaneira entre outras.

Assim, a integração regional é entendida como estratégia desenvolvida pelos países, com vista à integração no mercado global, partindo do princípio que os programas políticos nacionais, ao mesmo tempo com o limite dos recursos disponíveis a nível de desenvolvimento do país,

bem como as regras da política à escala global, se revelam ineficientes, assumindo-se, que os diversos acordos regionais servem de trampolim intermédio para a integração da economia global (CMDMSG, 2005: 108 – 112).

Para Medeiros (1998: 94-96), a integração regional assenta no alargamento do mercado e obtenção de ganhos comerciais resultante da regionalização e especialização das estruturas de produção, o aumento da coesão política e a realização de outros objetivos de políticas comerciais e económicas. É um processo cuja finalidade consiste em impelir o crescimento da área geográfica, estimulando os investimentos e as trocas com os países terceiros, através da diminuição dos obstáculos intrarregionais à circulação de mercadorias, de serviços, de capitais e de pessoas, emanadas pelas forças políticas enquadradas nos poderes do Estado e, conseqüentemente reforçar a coletividade e a soberania dos participantes face ao resto do mundo.

A integração regional circunscreve-se assim a uma área geográfica, na qual o Estados constituintes congregam e partilham objetivos comuns de forma integrada. É um processo de carácter multidimensional que, integra todos os projetos de cooperação da organização regionais.

Krapohl e Fink (2013) salientam que as tutelas das organizações regionais, não têm que necessariamente depender das instituições supranacionais, também podem ser emanados das regras materiais e processuais estabelecidos na sequência de acordos intergovernamentais de cooperação.

No quadro multilateral de integração regional, a globalização constitui o mecanismo que favorece o desenvolvimento e a justiça na medida em que, permite disponibilizar os recursos de apoio aos objetivos regionais no quadro comum de valores fundados sobre as eleições democráticas e os direitos universais do homem (CMDMSG, 2005:103).

Assim, os Estados procuram a partir dos efeitos produzidos pela integração regional, um desenvolvimento sustentável da economia e do bem-estar social. No mundo globalizado, os Estados almejam, por intermédio da integração regional, liberalizar o comércio interno e melhorar a sua posição no mercado global. A integração é uma estratégia de desenvolvimento pois, tem efeito no aumento da dimensão do mercado, como também a nível de estabilidade.

Para Krapohl e Fink (2013), no mercado alargado, os Estados têm oportunidades de se especializarem nos domínios de produção que constituem vantagens comparativas e, tirar partido de maior quota de mercado. Ainda na ótica destes autores, as organizações regionais estão associados à garantia da estabilidade política e económica, que fazem destas, mercados

mais atraente ao investimento direto estrangeiro, contextos que favorecem a reação positiva dos agentes económicos.

2.4. Formas de integração

Por se tratar de um processo de natureza contextual, Krapohl e Fink (2013) entendem que a integração regional se processa de forma desigual para os diversos E.M., dado serem diferentes os incentivos de cooperação para cada Estado. Isto é, dependendo da estrutura económica, política, entre outras da região no mundo, a cooperação processa-se seguindo vertentes diferentes.

Assim, os acordos de integração regionais podem variar em grau: mais “profundo” quando nos objetivos integram para além de livre circulação de pessoas e bens, políticas macroeconómicas comuns, e o grau mais superficial - que se refere-se apenas a áreas de livre circulação de mercadorias e de capitais (Moreira, 2010).

Balassa, citado por Morreira (2010), identificou cinco formas ou estágios de integração regional os quais, normalmente apresentam em sequência progressiva ou cumulativa do grau de profundidade que prefiguram etapas em termos de relações internacionais. É no entanto suscetível que estes tipos de estágios possam ocasionar custos e benefícios aos países constituintes.

1. Área de Livre Comércio – os tratados consistem em criação de uma zona de livre circulação de bens e serviços, sem a existência de barreiras tarifárias, técnicas, de saúde ou fiscais, com intuito dos consumidores terem acesso aos produtos e serviços a preços reduzidos bem como, permitir o alargamento do mercado para as empresas;
2. União Aduaneira – é permitida livre circulação de bens e serviços entre os países constituintes, em relação aos restos dos países ou as economias não constituintes são criadas taxas com valores comuns a todos os Estados-Membros de formar a delimitar a fronteira externa da união aduaneira os restantes parceiros comerciais (pauta aduaneira comum);
3. Mercado Comum – este tipo de integração os acordos são mais abrangentes, incluindo os fatores de produção, capital e trabalho, (liberdade de circulação de pessoas e capitais) onde são criadas instituições supranacionais com legislação própria que regula todo o funcionamento do mercado comum;
4. União Económica – neste tipo de acordo, os Estados constituintes, para além do mercado comum onde constam a livre circulação de bens e serviços pessoas e da criação de

instituições supranacionais, decidem a unificação de outras políticas económicas nacionais. No caso da União Monetária, é instituído o sistema de moeda única com o Banco Central com poderes e capacidade de emissão de moeda, controlo das taxas de juros e de inflação. Os Estados constituintes perdem assim parte de instrumentos das suas políticas económicas conjunturais, passando a dispor apenas de instrumentos de política orçamental, uma vez que a política monetária passa para a tutela da União;

5. Integração Económica Total – verifica-se a unificação de todas as políticas, sociais, monetárias, orçamentais, entre outras e controladas por uma autoridade supranacional.

Derivado dos acordos regionais, o processo de integração regional implica limitações ao nível da liberdade da implementação de políticas públicas nacionais dos E.M. constituintes, na medida em que ficam sujeitas a legislação regional, reduzindo consequentemente o âmbito das políticas públicas nacionais.

Para Viner (citado por Medeiros, 1999: 16-17), não é de todo certa a premissa de que a integração regional conduza exclusivamente ao aumento de comércio e do bem-estar, dado que, também poderá promover o desvio do comércio e alterar a produção, o consumo, a balança de pagamentos e a taxa de crescimento. Em função da substituição dos custos mais elevados por custos de produtos mais baixos oriundos dos países integrantes, com efeito no aumento do consumo devido à baixa dos preços, a integração regional gera benefícios ao nível do aumento de bem-estar. Isto é, há um efeito excedente na aquisição de bens que o sujeito económico passa a usufruir. Relativamente ao desvio do comércio, o efeito repercute-se na diminuição de bem-estar do consumidor. A substituição de produtos extrarregionais a preços mais baixos por produtos do mercado integrado a preços mais altos, provoca a contração do consumo. Por conseguinte, segundo Viner (citado por Medeiros, 1999: 27-29) a possibilidade de aumento do comércio verifica-se com maior número de países integrados, maior superfície integrada, maior competitividade entre países bem como a diferença nos custos unitário das indústrias protegidas do setor.

Para além das exposições acima citadas, Morreira (2010), chama atenção para fato da integração regional integrar acordos entre vários países, o que dificulta reformas económicas unilaterais internas, daí a garantia da governabilidade, a transparência, estabilidade política e outros tipos de benefícios.

Para além dos efeitos estáticos de criação e desvio de comércio apresentados por Vernon, existem diversos efeitos dinâmicos, cuja análise deve ser tida em conta, nomeadamente quando se avalia o impacto da liberalização e integração económica no contexto de países em

desenvolvimento (Schiff e Winters, 1998). Entre esses efeitos dinâmicos, Schiff e Winters (1998) destacam a expansão do investimento, a reestruturação do tecido produtivo e o reforço da credibilidade das políticas públicas adoptadas pelos E.M.

Com efeito, os efeitos inerentes da integração económica são multidimensionais. Prendem-se com a alteração da estrutura do mercado, a introdução dos novos agentes, dando assim aso a pressão concorrencial, o desaparecimento de unidades económicas ineficientes resultante de alterações nos diferentes domínios das estruturas empresariais entre as técnicas de gestão, processos produtivos, técnicas produtividade e meios tecnológicos que consequentemente leva a maior eficiência do aparelho produtivo (Medeiros, 1998: 29).

Por conseguinte, diferentes estágios de integração podem ocasionar diferentes pressões de ajustamento no seio de cada espaço económico. A teoria de integração económica estabelece a especialização internacional com repercussões nas nações e na dinâmica do mercado.

Medeiros (1998: 23 – 24) sistematiza as seguintes formas de integração assente na variante grau e abertura:

1. Integração pela fusão ou absorção – esta forma de integração é orientada por princípios essenciais e unidades dominantes em que cada um dos espaços mantem as estruturas anteriores. Esta forma de integração pode ser desenvolvidas através da cooperação e dialogo ou permanente ou por difusão de normas técnica, culturais ou comportamentais;
2. Integração pela coordenação das estratégias globais – a coordenação das estratégias visa a maximização do bem-estar global das diversas partes constituintes, através da definição de princípios e metas a atingir. Não obstante a liberdade de escolha dos meios, as orientações são seletivas com fortes consequências económicas e espaciais.
3. Integração pela resistência – visa a descentralização dos efeitos da fusão ou harmonização com finalidade de melhorar o posicionamento de conjunto mais vastos de locais ou territórios.

2.5. Análise da Integração económica regional

Como mencionado anteriormente, no contexto do processo de globalização foram criados acordos de integração regional no sentido de liberalizar e harmonizar as políticas económicas entre Estados como forma de tornar os mercados mais competitivos. Os acordos de integração regional assentam na diversidade de modalidades ou formas, desde as mais simples que

envolvem a livre circulação de mercadorias e capitais, às mais desenvolvidas, que decorrem de contextos de mercado e moeda comum e da harmonização de uma gama de políticas. Isto é, as formas mais desenvolvidas de integração requer a coordenação e convergência de políticas orçamentais nacionais em relação ao funcionamento do défice e da dívida pública, implicando consequências ao nível das restrições na elaboração de políticas nacionais.

De acordo com Robson (1998: 4) diversos fatores de natureza económica e política estão entre as principais motivações para os países aderirem a processos de integração, quer pela importância fundamental do elemento político na compreensão e evolução da integração económica em todo mundo, quer pelas análises centradas na identificação e quantificação dos efeitos económicos, com vista a fornecimento de argumentos para reforçar ou contrariar as considerações políticas.

A renúncia de políticas em relação à independência do comércio, os movimentos de fatores e outras áreas políticas, prende-se em adquirir vantagens com a fluidez das trocas dentro da área definida, na análise dos efeitos consumo, criação e desvio de comércio, para demonstrar se ela é benéfica ou prejudicial, na ótica da afetação de recursos existentes e de bem-estar de curto prazo (Robson, 1998: 4)

Logo, podemos concluir que dependendo de fatores de natureza contextual, é suscetível que a integração produza efeitos diferentes. Quando os bens produzidos a custos mais elevados são substituídos por bens a custos menos elevados originários de um dos países parceiros, sendo que o objetivo é libertar os recursos internos que possam ser mobilizados e incrementar a exportação, verifica-se a criação do comércio derivado da eliminação das barreiras e da mobilidade de fatores produtivos, que permitirem aos países membros especializarem-se nos domínios que possuem vantagens comparativas, beneficiando consequentemente os consumidores por intermédio do aumento da concorrência de preços ao mesmo tempo que se verifica ganhos de eficiência na produção e comercialização.

Quando os obstáculos comerciais extensivos à zona conduzem substituição dos produtos a custo mais baixos proveniente dos países não membros da comunidade regional, por produtos produzidos a custos mais elevados originários dos países membros, assistimos ao desvio de comércio ,na medida em que provoca a contração do consumo devido aos custos suplementares. A diminuição de consumo afeta negativamente o consumidor pois diminui o seu bem-estar relativamente a solução da liberalização multilateral. No entanto, não podemos tomar este resultado como negativo de todo. Apesar da diminuição do bem-estar dos consumidores, a integração cria o comércio inter-regional resultante da integração, não obstante a diminuição de fluxos comerciais com o resto do mundo.

Por outro lado, é suscetível que a análise dos efeitos económicos intersectoriais evidencie a criação e desvio de comércio em simultâneo. Por conseguinte, poder-se-á assistir fatores que contribuem para o aumento do bem-estar do consumidor ao mesmo tempo, que outros que contribuem a diminuição do bem-estar, um contexto que não nos permite afirmar efetivamente qual o efeito da integração.

No entanto, a literatura conceitua que apesar de não existir uma relação simétrica entre a integração comercial e convergência, ela pode originar a convergência de rendimentos (Robson, 1998:7). As economias de escala induzidas pelo tamanho do mercado geram ganhos dinâmicos de integração por culpa da especialização, mesmos entre países com características económicas semelhantes. O efeito da criação do comércio reflete sobre o aumento da produção e do consumo, na criação de emprego, no bem-estar do consumidor e outros resultados no plano social.

Robson (1998: 4) alerta para o fato de a integração poder, no entanto, produzir resultados assimétricos para os Estados-Membros. Uma generalização das vantagens da integração pode muitas vezes ser impossibilitada por elementos contextuais. Ou seja, existe a possibilidade de alguns países saírem prejudicados com o processo de integração em detrimento de outros, uma vez que os fatores que favorecem ou não uma união são circunstanciais. Adicionalmente, alguns autores defendem que os efeitos da integração para os países em desenvolvimento depende das características dos parceiros de integração (Schiff e Winters, 1998; Krapohl e Fink, 2013).

Em traços gerais, Medeiros (1998: 27) esquematizou a seguinte análise tendencial do mercado integrado:

- "Quanto maior for o numero de países a integrar e maior for a superfície da união, maior será a possibilidade de criação de comércio em detrimento do desvio de comercio;
- Quanto maior for o nível de competitividade entre os países da área integrada, maior probabilidade é o da criação do comercio;
- Quanto maior for a taxa média dos direitos aduaneiros após a união, maiores serão os efeitos prováveis de desvio de comércio.
- Quanto maior for a densidade sobreposta de produtos, a criação de comercio dependerá das diferenças nos custos unitários das industrias protegidas".

Por conseguinte, a análise deve também centrar-se nos efeitos dinâmicos, como o possível aproveitamento de economias de escala, face ao alargamento do mercado, do aumento da eficiência, o incremento da concorrência no mercado integrado bem como, o investimento e

crescimento económico no bloco regional como todo. As economias de escala caracterizam-se pela diminuição de custo da produção de mais uma unidade de bem, à medida que se verifica o aumento do volume de produção desse mesmo bem.

O argumento baseia-se na ideia que a tendência do efeito da redução do custo produção, em virtude do aumento da dimensão do mercado, irá refletir-se em baixas de preços e conseqüente aumento do consumo. Os países com vantagens comparativas tendem a explorar economias de escalas com impactos benéficos quer ao nível do consumo quer da procura. Os países ineficientes tendem a não produzir determinados bens e passam a importar dos países que conseguem explorar economias de escala. Tendo em conta que passam a importar dos países parceiros, este fato leva a supressão de comércio com as economias terceiras, que manifestamente implica perda de receitas aduaneiras anteriormente cobradas.

Nas situações em que nenhum dos países antes da integração produzissem o bem, com a integração, um deles poderá explorar economias de escala. Isto é, a integração cria comércio na área integrada mas, suprime o comércio com o resto do mundo. A integração deve ser vista como estágio ou processo contínuo e dinâmico entre os E.M., com intuito de alcançar objetivos comuns através da ação conjunta integrada. Muitos fatores que influenciam o desempenho económico da integração são suscetíveis de afetar a integração ao longo prazo

2.6. Importância da integração económica para os países em vias de desenvolvimento

Os efeitos da alocação e da acumulação resultantes da racionalização e especialização das estruturas de produção, o aumento da coesão política que amortece as tensões políticas e forja a cooperação política através do elo comercial, bem como outros objetivos das políticas comerciais e económicas (igualizar as vantagens do jogo entre os parceiros comerciais, diminuição da supremacia económica de um parceiro grande e poderoso, lançar a cooperação multilateral), estão entre os verdadeiros objetivos e causas perseguidos pela integração que a literatura tem debatido (Fernandes, Boukouna e Júnior, 2011).

A integração económica está associada à garantia da estabilidade política e económica, bem como ao aumento da atratividade do Investimento Direto Estrangeiro (IDE). O mercado alargado constitui oportunidade da competitividade e do crescimento económico. Os Estados podem tirar partido da maior quota de mercado e especializarem-se nos domínios de produção

que constituem vantagens comparativas, explorando os efeitos dinâmicos mencionado anteriormente (Krapohl e Fink, 2013).

A generalização das questões de integração económica para a áreas dos países em via de desenvolvimento, está intrinsecamente ligada à capacidade de criação de comércio. Isto é, a análise assenta nos fatores favoráveis à criação do comércio, através da eliminação progressiva de barreiras ao comércio e à livre circulação das pessoas e à criação de instituições que possam coordenar e/ou unificar as políticas económicas dos Estados-Membros, no mercado integrado, por intermédio da aproximação e união entre as economia de diferentes países (Moreira, 2010).

No entanto, Krapohl e Fink (2013) chamam a atenção para o facto da teoria de interdependência económica intrarregional correlacionar com o grau de desenvolvimento económico da região, isto é interdependência económica não consubstancia as regiões com economias assimétricas.

Em contextos de regiões com economias assimétricas, a integração poderá promover a dinâmica das economias mais desenvolvidas em detrimentos das mais desfavorecidas, em virtude da dinâmica produtiva e do comércio poder concentrar-se num ou noutra país; enquanto que nos casos de países desenvolvidos, estes podem especializar em fatores de produção os quais têm vantagens comparativas a nível de custos, e serem mais competitivos no mercado regional.

Segundo Medeiros (1998: 43), só ocorre criação do comércio quando antes da instituição da união aduaneira exista já um comércio pequeno em relação à produção na área dos futuros membros, ou um desenvolvimento do comércio externo para o resto do mundo. Para os países em desenvolvimento, a análise consubstancia-se ao tipo de estrutura existente. Uma vez que em numerosos países em desenvolvimento não se verificam condições favoráveis. o processo de integração terá de ser equacionado à luz de fatores como: nível da industrialização e importância relativa na economia global, potencial de exportação dos produtos manufaturados para mercados mundiais, dimensão das economias de escala e custos de produção nas indústrias regionais, meios de comunicação, custo de transportes entre outros.

Podemos assim sintetizar a integração económica como um processo de natureza complexa, que implica estudo aprofundado que concerne ao impacto da liberalização do comércio e o nível de investimento necessário para o mercado unificado. Os efeitos do desarmamento pautal dentro de uma união aduaneira, poderão provar assimetrias e conflitos de interesse em virtude dos benefícios e fixação das novas atividades concentrarem-se num ou noutra país, a

STP – I RET

integração económica terá de ser mais equitativa em termos de resultados, tentando equilibrar os objetivos da eficiência e da justiça distributiva (Medeiros, 1998: 45)

3. Integração Regional em África

3.1. Contextualização da economia africana

O continente africano ocupa uma extensão geográfica de cerca de 30 milhões de quilómetros quadrados (Km²). É o terceiro maior continente cobrindo cerca de 20,3% da área total da terra firme do planeta, sendo habitado por perto de mil milhões de habitantes (aproximadamente 15% da população mundial), distribuídos por 54 países, que segundo a estimativa do African Economic Outlook, deverão rondar os 2 mil milhões no ano de 2050. O continente é assolado por diversos problemas que põem em causa seu desenvolvimento: agrega dois terços dos portadores do vírus VIH do planeta; continuidade de conflitos armados; avanço de epidemias; agravamento da fome e da miséria; elevadas taxas de natalidade e mortalidade e baixa expectativa de vida.

Apesar do significativo potencial em matérias-primas que possui, África é o mais pobre continente do mundo. África tem grandes reservas minerais (como ouro e diamantes que representam maior parte da produção mundial, petróleo, gás natural, cobre), bem como potencial agrícola (produção de algodão, cacau, café e borracha, nomeadamente)¹. Contudo, grande parte das suas riquezas são exploradas por empresas europeias ou norte-americanas que implantam na região infraestruturas, equipamentos técnicos e meios de transporte, visando exclusivamente a extração e exportação das riquezas em estado bruto para os países industrializados, encaminhando maior parte dos lucros que poderia ser utilizados para promoção da indústria africana para mercado externo, fora do continente.

Por conseguinte, África pode ser caracterizada como um continente pobre, com um nível de industrialização incipiente iniciado após o processo de descolonização, restrita a alguns pontos do território. O significativo atraso dos países do continente africano em relação aos países desenvolvidos prende-se com estrutura económica frágil e forte dependência das economias mais avançadas, escassez de capitais, falta de mão-de-obra qualificada, insuficientes infraestruturas e meios de comunicação, a que se junta ao baixo poder de compra da população.

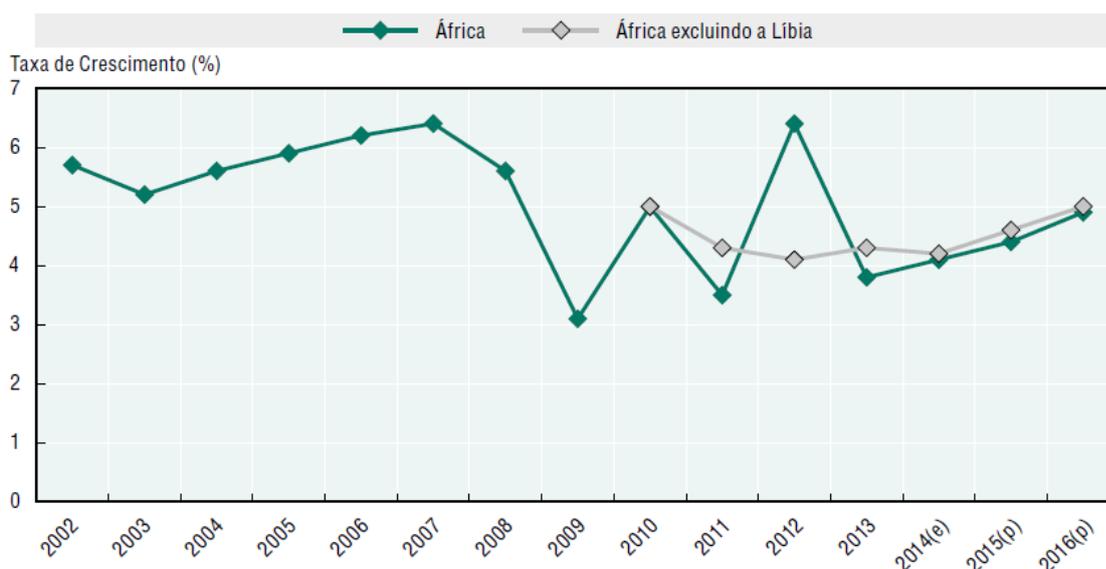
Quanto ao desempenho macroeconómico, após a moderada subida do crescimento de 3,5% em 2013 e do registo de 3,9% em 2014, um ponto percentual abaixo do previsto devido

¹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81frica#Economia>

STP – I RET

sobretudo à fraqueza da economia global e os graves problemas em alguns países africanos, são estimados crescimentos do PIB para os anos de 2015 e 2016 de 4,5% e 5% respetivamente que, se as previsões estiverem corretas, permitirá aproximar aos níveis crescimento médio de PIB de mais de 5% registados antes da crise económica global de 2008/2009 (African Economic Outlook, 2015).

Figura 1 - Crescimento Económico em África, 2002-2016



Fonte: Africa Economic Outlook (2015)

Segundo o African economic Outlook, nas últimas décadas, o aumento do crescimento da economia africana, tem sido sustentado pela estabilidade política, a melhoria de políticas económicas e a grande procura de matérias-primas. No entanto, este fato não reflete de todo a realidade de muitos países, uma vez que a economia de África não é homogénea.

Após 2001, houve em muitos países melhoria da estabilidade política, que permitiu taxas de crescimento acima dos 4%, superior aos 2% registados em anos de guerras civis, golpes militares ou agitação social (African Economic Outlook, 2015). Além da estabilidade política, houve melhorias de políticas económicas, nomeadamente políticas orçamentais mais cautelosas e a existência de orçamentos mais robustos, juntamente com alívio da dívida, que contribuíram para a estabilidade macroeconómica e para o crescimento em muitos países. Também é de destacar o aumento da procura e dos preços de matérias-primas, devido o crescimento do produto mundial que acelerou nos anos 2000, principalmente as importações da China e as outras economias emergentes, que impulsionaram a procura de petróleo e

minerais, beneficiando assim os países africanos ricos em recursos naturais. Tanto é que países como Angola, Chade, Guiné Equatorial e Serra Leoa, registaram taxas de crescimento de 8% ou mais (African Economic Outlook, 2015).

Contudo, mais recentemente, a incerteza ao nível da economia global e os conflitos políticos e sociais em alguns países, não favoreceram a continuidade do crescimento da economia africana. O fraco desempenho dos mercados de exportação africanos, nomeadamente o da Europa, bem como da China, aliado à queda não prevista do preço do petróleo e outras matérias-primas no mercado internacional, reduziram substancialmente as receitas dos países exportadores destes recursos. Paralelamente, algumas doenças (Ébola e Sida) que fizeram milhares de vítimas com custos económicos elevados, e a manutenção da instabilidade política e insegurança em alguns países constituem fatores que, de certa forma, provocam estagnação ou retrocesso no ambiente de negócios de algumas economias. (African Economic Outlook, 2015). Neste contexto, o African Economic Outlook estimou o abrandamento económico para 4,6% em 2015 e subida para 5,4% em 2016 projetada na expectativa de melhoria da economia mundial, da recuperação dos preços do petróleo e na contenção do Ébola.

Na generalidade, o índice de desenvolvimento das economias africanas não é animador. Estas economias são caracterizadas como frágeis, muito dependentes da ajuda externa, vulneráveis aos choques externos e com problemas estruturais bastantes acentuados. Os constrangimentos são de várias ordens: as infraestruturas são débeis ou insuficientes, há ausência de ligação entre os meios de produção e de consumo, fraca relação remuneração e produtividade dos fatores entre outras.

Sem capacidade de criação de riqueza sustentável, a produtividade é baixa e as importações sobrepõe-se às exportações. Dada a incapacidade da substituição das importações, a balança de pagamentos revela-se deficitária pois para muitos países, além do baixo índice de investimento, a produção é pouco diversificada.

Os benefícios da ajuda externa tem-se revelado inconsequentes. Em consequência das políticas públicas poucos coerentes, dos elevados índices de corrupção entre os indivíduos próximos ou dependentes dos aparelhos do Estado que se apoderam das rendas públicas, a instabilidade política, a guerra, a proliferação de doenças endémicas, a incapacidade do Estado para cumprir as obrigações públicas e satisfazer as necessidades básicas da população, a excessiva intervenção do Estado na economia, o reduzido e fraco setor privado entre outros constrangimentos, constituem entraves para o desenvolvimento sustentado da economia de muitos países africanos.

Na essência, a dinâmica da economia africana assenta em pequenas atividades urbanas informais e pouco estruturadas, de fundamental importância para subsistência das famílias, na medida em que constituem fonte de emprego e rendimentos, bem como um mecanismo promotor da coesão social e do esbatimento dos efeitos da crise global do continente, num contexto em que o Estado se revela praticamente o único agente económico com capacidade de investimento (Trindade, 2006:7).

A nível do comércio mundial, a economia africana é bastante incipiente e tem vindo a perder competitividade com registo de 2,4% das exportações em 1970 e 1,3% em 1996, sendo que o petróleo representa cerca de 40% das exportações. No ano de 2005 a África representou apenas 1% do PIB mundial, igualmente 1% dos fluxos dos IDE, menos de 2% do comércio mundial (Trindade, 2006: 7). No entanto, em função das mudanças estruturais verificadas nos últimos anos, nomeadamente algumas paridades cambiais, abertura dos mercados africanos ao exterior e a abolição do sistema de controlo administrativo dos preços, tem-se verificado tendência de evolução positiva de grande parte de países com crescimento médio das exportações na ordem dos 5% (Trindade, 2006:21).

Muitos países aperfeiçoaram as condições para fazer negócios melhorando assim, as perspectivas de crescimento de longo prazo. A procura interna tem sido o motor de crescimento em muitos países, impulsionado sobretudo pelos setores da agricultura, indústrias extrativas, construção civil, serviços e ainda, em menor grau, da indústria transformadora. Um fato que se pode constatar prende-se com o crescimento dos sectores não petrolíferos, o que demonstra a tendência de diversificação das economias nomeadamente na agricultura, na construção e nos serviços.

No âmbito regional, o crescimento individual dos países continua a ser desigual, derivado de inúmeros fatores como diferenças de níveis de rendimento, da disponibilidade de recursos naturais, das políticas macroeconómicas ou da instabilidade política e social. As taxas de crescimento têm sido mais altas na África Oriental, Central e Ocidental, enquanto o Norte de África e a África Austral têm registados piores desempenhos (ver Figura 2).

A nível da África Central, espaço em que São Tomé e Príncipe se encontra integrado, o crescimento foi de 4,1% em 2013 e 5,6% em 2014. Um crescimento inferior ao da África Oriental que cresceu 5% e 7% em 2013 e 2014 e da África Ocidental, que atingiu uma taxa de crescimento do PIB relativamente alta em 2014 na ordem dos 6%, apesar do surto de Ébola na região. Esta região "África Central", com exceção da República Centro Africana que tem registado níveis de crescimento muito abaixo do registo antes do conflito no final do ano de 2012 e da Guiné Equatorial onde o PIB continua a decrescer devido à diminuição da produção

petrolífera, deverá manter uma tendência de crescimento relativamente elevado, não obstante alguns efeitos negativos da queda dos preços das matérias-primas. Nalguns países como Camarões, Gabão, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe a base de crescimento têm sido ainda mais alargada. A instabilidade tem marcado negativamente o Norte de África. Os países continuam a ser afetados pelas repercussões das revoltas de 2011. A Líbia, por exemplo, encontra-se mergulhado na crise, com lutas de poder entre vários grupos e o colapso da governação política e económica. No que concerne à África Austral, o fraco desempenho da economia sul-africana (economia chave da região) que cresceu apenas 2,2% em 2013 e 1,5% em 2014, tem reduzido o crescimento global da região, cifrando um moderado crescimento inferior ao 3,1% em 2014 (African Economic Outlook, 2015).

Figura 2 - Crescimento em África por regiões. 2013-2016

	2013	2014 (e)	2015 (p)	2016 (p)
África	3.5	3.9	4.5	5.0
África Central	4.1	5.6	5.5	5.8
África Oriental	4.7	7.1	5.6	6.7
Norte de África	1.6	1.7	4.5	4.4
África Austral	3.6	2.7	3.1	3.5
África Ocidental	5.7	6.0	5.0	6.1
Rubricas por memória:				
África excluindo a Líbia	4.0	4.3	4.3	5.0
África subsariana (ASS)	4.7	5.2	4.6	5.4
ASS excluindo a África do Sul	5.4	6.2	5.2	6.2

Fonte: African Economic Outlook

3.2. Processos de Integração em África

Muitos países em desenvolvimento vêm a integração regional como uma estratégia de promoção de crescimento equitativo, dado que uma integração regional com êxito permitiria melhorar a concorrência, reduzir a os custos das transações, criar economia de escala, atrair investimentos diretos estrangeiros e facilitar as políticas de coordenação macroeconómica (Diallo, 2006).

Em África, o processo de integração remonta aos primeiros anos da década 60 mas, adquiriu maior precisão após o início da vaga das independências, um processo de crescente

interdependência de economias separadas no sentido de pressupor medidas que conduzem a supressão de algumas formas de dominação. Mas, segundo Fernandes, Boukouna e Júnior (2011), nessa altura a integração caracterizava-se pela associação formal dos países geograficamente próximos e unidos pelos laços culturais deixados pelo legado colonial. Isto é, as regiões efetivavam-se em regiões colonizadas por uma mesma metrópole, com raízes económicas anteriores às independências o que implicava, conseqüentemente, a manutenção de relações dos países africanos com as antigas metrópoles europeias.

De acordo com Ferreira (2005) as perspetivas de cooperação e integração regional, como fator de enorme importância e impulsionador do desenvolvimento económico nacional, entendidas como mecanismo para quebrar a forte dependência comercial externa e conseqüentemente superar grande parte dos problemas e fraquezas estruturais dos países africanos, eram desde muito cedo vistas no discurso institucional nomeadamente da Organização da Unidade Africana (OUA) ou, a nível nacional, através dos seus líderes políticos. A integração é entendida não só como alternativa para o desenvolvimento, mas também como opção para prevenção de conflitos, isto é, é encarada como mecanismo para solucionar diversos problemas do continente africano. Trindade (2006: 27), afirma que são os próprios Estados africanos a consciencializarem-se da necessidade de apostar de forma clara e conseqüente na integração regional, especialmente na criação de espaços políticos e económicos estáveis, articulados em volta de projetos comuns, bem-estar, prosperidade e competitividade.

A ação diplomática, as iniciativas estratégicas como a transformação da OUA em União Africana e o lançamento da Nova Parceria para Desenvolvimento da África (NEPAD), repousam sobre princípios que visam reforçar o quadro institucional, a fim de melhorar os seu desempenho enquanto instrumentos de integração dos países africanos que, por sua vez somaram a estabilidade política, a melhoria das políticas económicas e a grande procura de matérias-primas que apoiaram o renascimento económico africano nas últimas décadas. O resultado consistiu numa forte aceleração do crescimento económico e numa atitude mais assertiva nas negociações multilaterais e na política mundial por parte dos Estados africanos. O continente procura agora tornar esse crescimento sustentável e apoiar os países que não conseguiram ultrapassar as barreiras ao crescimento.

3.2.1. Organização da Unidade Africana (OUA)

A ideia de projeto de criação de um organismo unitário continental em África veio logo após a segunda grande guerra mundial. Os primeiros passos para criação deste organismo, foram

dados após as independências do Gana e da Guiné Conacri, em 1957 e 1958 respetivamente. Esses dois países ensaiaram uma federação que, embora não tenha perdurado, deu lugar a um movimento de unidade com outros países africanos que viria resultar, em 1961, no Grupo de Casablanca (Diallo 2006: 32).

O fundamento para criação deste organismo, teve como pano de fundo o movimento de libertação do colonialismo, principalmente a partir do final da segunda guerra mundial. Assim, duas correntes ideológicas - a progressista sonhada pelo então presidente da Gana, Kwame N'Krumah que defendia a criação dos Estados Unidos da África, por cima da soberania dos Estados; e a corrente dos países politicamente moderados, que pregavam uma Organização da Unidade Africana representativa de cada Estado soberano - estiveram na base da instituição da Organização da Unidade Africana (OUA). Esta nasceu baseada basicamente nas premissas de emancipação e afirmação política inspiradas no movimento do pan-africanismo e, tomou força por volta de 1958, que culminou com a adoção de Carta da Organização da Unidade Africana em 1963. (Abegunrin, 2009; Visentini, 2011).

O então imperador etíope Haile Selassie conduziu o processo de instituição da Organização da Unidade Africana juntamente com os representantes de 32 governos de Estados africanos independentes em Adis Abeba (Etiópia) nas reuniões que tiveram lugar nos dias 25 e 26 de Maio de 1963. O intuito era o da criação de instituições regionais com capacidade de promover o desenvolvimento económico, bem como, a estabilização dos Estados-Membros, onde se destacavam objetivos como: a promoção da unidade e solidariedade entre os Estados Africanos, a coordenação e intensificação da cooperação entre eles, a defesa da soberania, integridade territorial e independência, com conseqüente fim do colonialismo em África e a promoção da cooperação internacional. Tudo na base na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Nações Unidas. Para alcançar tais objetivos, os Estados-Membros comprometeram-se a cooperar a nível político, cultural e educacional, nas áreas sanitárias, técnicas e de saúde, ciência e tecnologia, defesa e segurança (Diallo 2006: 36)

A materialização das ações da OUA foi muito restrita e deficiente. Fatores de natureza contextual constituíram entraves para o desenvolvimento do processo. Os desafios foram de vários tipos - políticos, estruturais, jurídicos, étnicos, culturais e económicos, tendo comprometido as ações desta organização num continente tão complexo, com grande número de Estados, que conseqüentemente levou a dissolução da Organização da Unidade Africana e a sucessão pela União Africana, em Maio de 2002 (Abegunrin, 2009).

3.2.2. União Africana

Já no novo milénio, face ao contexto da economia mundial globalizada e da posição adversa da África no contexto do comércio internacional, conclui-se que os objetivos da OUA já não eram eficientes para conduzir o desenvolvimento africano. Na esperança de remediar os legados da OUA, promoveu-se uma ruptura nos modos de funcionamento sociais, económicos e políticos e, a OUA foi substituída pela União Africana (UA), em julho de 2002. O seu Ato Constitutivo assinado em Lomé (Togo) contou com a presença de 53 Chefes de Estado que pretendiam promover a unidade, a solidariedade, a coesão e a cooperação entre povos e Estados da África. O seu nascimento cataloga-se como acontecimento de grande magnitude no plano internacional, de evolução da integração no continente africano, na esperança de dar maior presença na arena sociopolítica e económica internacional, através da atuação como um bloco, e lutar contra a marginalização dos países africanos. Ou seja, esta nova instituição altera significativamente a estrutura da OUA, onde as questões como a paz e segurança continentais, até mesmo as propostas inovadoras tais como a intervenção do setor privado, a implicação da comunidade internacional, a reorientação dos programas de empréstimos bilaterais e multilaterais destinados à região e que devem substituir a ajuda pelo investimento, a resolução da dívida africana e a devolução dos capitais exilados, passaram a ser consideradas centrais e confiadas à Comissão da União Africana. Com o intuito de corrigir o legado negativo da antecessora OUA e recolocar a África perante as desvantagens dos modelos de desenvolvimento construídos na maioria das vezes fora do continente africano, foram definidos objetivos mais ambiciosos que passaram a estar assentes nos valores como o respeito à diversidade, a transparência, a integridade, a imparcialidade a eficiência e transmissão de conhecimentos e informação².

Entre as características novas e distintas da UA face à OUA segundo Fernandes et al. (2011: 167), estão os princípios democráticos, os direitos humanos, o estado de direito e a boa governação que, na temática da integração, consiste em ampliar o processo de democratização não só nos governos, como também nos parlamentos, partidos políticos, operadores económicos e representantes da sociedade civil. No que concerne à paz e à segurança, surge a possibilidade de intervir militarmente em caso de crime de guerra, genocídio ou crime contra a humanidade ou o direito de um Estado-Membro solicitar a intervenção da UA para restaurar a paz e a segurança.

² <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/dicionario-da-cooperacao/Glossary-1/U/Uni%C3%A3o-Africana-371/>

3.2.3. Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD)

Fruto da marginalização e da incapacidade de África para explorar a globalização, que em parte resulta de obstáculos estruturais de crescimento e de desenvolvimento, no quadro da reforma da OUA, foi criada a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), uma nova orientação que traz esperança para o desenvolvimento de África, assente num espírito de tirar o continente dos conflitos e do subdesenvolvimento. Assim, a NEPAD está fundamentada na determinação dos africanos de colocar os seus países numa trajetória de crescimento (Diallo, 2006: 11)

A NEPAD é um documento oficial adotado pelos chefes de Estados africanos, em outubro de 2001, em Abuja, capital da Nigéria. Foi inspirada no programa africano para milénio (MAP) do Presidente sul-africano Thabo M'beki e do Plano Omega do Presidente senegalês Abdoulay Wade, seguidos pelo argelino Abdelazis Bouteflika, o nigeriano Olesgun Obsanjo e o egípcio Hosni Mubarak. O texto deste documento assenta numa visão comum e na missão urgente de erradicação da pobreza e colocação dos países africanos, quer individual quer coletivamente, no caminho de um crescimento e de um desenvolvimento duradouros e participativos na economia mundial. O seu desenvolvimento assenta em iniciativa própria e em parceria com os outros, no intuito de erradicar os problemas de subdesenvolvimento e da exclusão que decorre da globalização³.

Não sendo propriamente uma organização, a NEPAD é dotada de uma estrutura de direção sediada em Pretória (África do Sul), não estabelecendo direitos e obrigações mútuas entre as partes. Não gerando normas que obriguem as partes signatárias, os Chefes de Estados e do Governo assinaram o compromisso de desenvolver a África, de combater os problemas cruciais como a pobreza, e a miséria, o desarmamento e a proteção do meio-ambiente. Os acordos têm por objetivo enunciar a política que os seus signatários pretendem seguir, tornando-se, para eles um compromisso de honra e a sua relevância prende-se com questões de natureza humanitária como a fome, miséria, mortalidade infantil, educação, saúde, entre outras.

³ <http://www.afdb.org/en/topics-and-sectors/initiatives-partnerships/nepad/>

3.2.4. Comunidade Económica Africana (CEA)

Com a constituição da Organização de Unidade Africana, em 1963, a cooperação económica entre novos Estados africanos independentes passou a estar incluída nos princípios e objetivos do processo de integração formal. Pouco tempo depois, a perspetiva de integração dos mercados nacionais num único mercado regional, passou a ser a orientação dominante e as diretrizes formuladas com intuito de criar uma comunidade económica africana passaram por diversas fases de integração económica. Foram estipuladas nas Cimeiras de Argel em 1968, de Addis-Abeba em 1970 e 1973 e formalizadas na Cimeira de Libreville em 1977, ao ratificar a Declaração de Kinshasa pelo Conselho de Ministros em Dezembro de 1976. Por conseguinte, a criação de um mercado Comum Africano, ficou assente na Declaração de Compromisso de Monróvia em 1979, ao que se seguiu, em 1980, com a primeira Cimeira Económica Extraordinária da OUA realizada em Lagos (Nigéria), a aprovação do Plano de Ação de Lagos. A fim de assegurar a integração económica, social e cultural do continente, foi afirmada intenção de criar uma Comunidade Económica Africana (CEA) até ano 2000, partindo das comunidades já existentes ou a criar outras.

Assim, durante a 28ª Cimeira em 1991 foi adotada uma nova Magna Carta de integração económica africana que é conhecida pelo Tratado de Abuja, depois de reafirmada a determinação dos países africanos na tomada de medidas que permitissem acelerar a realização do projeto da CEA (Declaração do 25º Aniversario da OUA em 1988). Até ao ano de 2028, excecionalmente até ao ano de 2030, ficou proposto a criação de uma comunidade económica continental, depois de cumpridas seis etapas, com objetivos e prazos de implementação previamente determinadas nomeadamente:

1. Reforçar as comunidades económicas regionais e criar outras quando necessário;
2. Estabilizar taxas e outras barreiras ao comércio e reforçar a integração sectorial, nomeadamente ao nível de agricultura, finanças, transportes e comunicações, indústria e energia, bem como coordenar e harmonizar as atividades das comunidades regionais;
3. Estabelecer uma área de comércio livre e união aduaneira em cada uma das comunidades regionais;
4. Coordenar e harmonizar o sistema tarifário e não - tarifário entre as comunidades regionais, com vista ao estabelecimento de uma União Aduaneira Continental;
5. Estabelecer um mercado Comum Africano e adotar políticas comuns.
6. Integrar todos os sectores, estabelecer um Banco Central e uma moeda única.

STP – I RET

Com a transformação da OUA em UA (União Africana) na viragem do século e, com a aprovação da NEPAD foi dada uma ênfase especial ao processo de integração, articulando-o com os seus objetivos mais gerais e direcionando o esforço para as principais organizações existentes, devendo cada país integrar uma única organização (Ferreira, 2005)

Em concreto, as comunidades económicas africanas têm por objetivo contribuir para o reforço interno da África e para sua inserção nos mercados internacionais.

A CEA é então, um projeto de várias comunidades económicas regionais africanas criado em 1991 em Lagos por 51 Estados Africanos, com a pretensão de superar as dificuldades e falhas registadas nas diferentes experiências de integração no continente africano até aí existentes. Um projeto complexo que requer harmonização de diversos aspetos em diferentes momentos, fase e etapas (Trindade, 2006: 52).

Este processo de integração é guiado pelo protocolo assinado entre as organizações económicas regionais africanas, que resultou em mais um instrumento de cooperação, harmonização e coordenação dos programas tendentes ao desenvolvimento do espírito de integração. A CEA pretende num horizonte de 30 anos (2020) através da união económica, o desarmamento pautal e a criação de uma pauta exterior comum (uma união aduaneira, portanto), a criação de um espaço favorável ao desenvolvimento e à mobilização dos recursos humanos e materiais africanos, com vista a cooperação e o desenvolvimento dos africanos em geral, mantendo estabilidade económica e harmonia entre os Estados-Membros (Trindade, 2006, 53).

De acordo com Trindade (2006: 34-34) são significativos o número de Comunidades Económicas Regionais no continente Africano, cujas missões se sobrepõem umas as outras, instituídas com objetivo de melhorar a qualidade de vida das populações residentes através de melhor a integração económica. Entre essas comunidades destacam-se:

1. União do Maghreb Árabe (UMA), com cinco membros;
2. Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) – vinte membros;
3. Comunidade Económica do Estados da Africa Central (CEEAC) – dez membros;
4. Comunidade Económica do Estados da Africa Oriental (CEEAO), também designada por CEDEAO) – quinze membros;
5. Comunidade de Desenvolvimento da Africa Central Austral (SADC) – catorze membros;
6. Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGADC);
7. Comunidade dos Estados Sahelo – Saharianos (CEN- SAD) – dezoito membros;

STP – I RET

8. União Económica Monetária Oeste – Africana (UEMOA), os oito membros pertencem à CEDEAO;
9. União do Rio Mano (URM), três dos membros integram a CEDEAO
10. Comunidade Económica e Monetária da Africa Central (CEMAC), seis membros integram a CEEAC;
11. Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL), com três países que pertencem a CEEAC;
12. Comunidade Africa do Oeste (CAE), dois membros da COMESA e um da SADC;
13. Comunidade do Oceano Indico (COI), cinco membros da COMESA e um da SADC;
14. União Aduaneira da Africa Austral (SACU) – cinco membros da SADC e dois do COMESA.

O potencial do fomento destas Cominidades Económicas Regionais (CERs) reside nas contribuições do crescimento do comércio intra-África, no poder nas negociações comerciais e na garantia de credibilidade política. Pois a integração entre o regionalismo com argumentos puramente económicos e as boas práticas políticas poderá conduzir ganhos de bem-estar social, para além de uma eficiente solução de desenvolvimento. (Geda e Seid, 2015).

A criação de áreas de integração económica regional permite obter, com a exploração de economias de escala, os efeitos de dinâmica como um dos principais aspetos da oportunidade de alargamento do mercado potencial, bem como a maior racionalização no aproveitamento dos recursos existentes e especialização produtiva dos países constituintes. Por conseguinte, esta viabilizaria quer o futuro da área a integrar, quer o desenvolvimento do país individualmente (Moreira, 2010).

Mas, de acordo com Geda e Seid (2015), no continente africano as CERs são problemáticas e os esquemas de integração são suscetíveis de conduzir a divergências de rendimento entre os países membros.

Mas, os países membros das organizações económicas regionais em África têm sentido dificuldades em aprofundar as relações económicas. Fatores de natureza comercial, entre outros, têm sido determinantes no condicionamento das prossecuções dos seus objetivos (Ferreira, 2005).

Como mencionado anteriormente, um importante elemento de referência de aferição das consequências da criação de uma zona de integração económica são os efeitos e ganhos estáticos da integração, pela análise da criação e desvio de comércio baseada na evolução temporal dos valores de comércio intrarregional na sequência de estímulo decorrente do

STP – I RET

abatimento de barreiras aduaneiras e não aduaneiras no interior da zona, que funcionava como um proteção face às importações dos países não membros (Ferreira, 2005).

Geda e Seid (2015) mostram que o comércio intra-África tem-se mantido a um nível muito baixo, correspondendo a menos de 10% da média anual das CERs em 2013. No que concerne ao peso das exportações, no PIB os valores são também relativamente baixos, representando 2.2% e 2,5% respetivamente em 2004 e 2010.

Para Fernandes, Boukouna e Júnior (2011) o avanço ou retrocesso do processo de integração é de natureza contextual. Deve ser, portanto, analisado conforme a diversidade e especificidades e características das regiões. A particularidade africana, motivada por longos anos de saqueios e exploração colonial, pela diversidade étnica e cultural, assim como pela extrema pobreza e a sua falta de infraestruturas, levou a que o processo de integração seguisse outras diretrizes e características próprias das suas realidades.

Tabela 1 – Quota do comércio intra-regional e do comércio mundial dos principais agrupamento regionais em África (%)

	Criação	1970	1980	1985	1990	1995	1998	2000	2001	2002
CEMAC	1999	4.8 ^a	1.6	1.9	2.3	2.1	2.3	1.0	1.3	1.5
(ex-UDEAC)	1964	0.2 ^b	0.3	0.2	0.2	0.1	0.1	0.2	0.2	0.1
CEPGL	1976	0.4	0.1	0.8	0.5	0.5	0.6	0.8	0.8	0.7
		0.3	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
COMESA	1994	8.7	6.0	5.4	6.3	7.0	7.7	5.7	7.0	6.4
(ex-PTA)	1981	1.6	0.6	0.4	0.4	0.4	0.3	0.4	0.4	0.4
CBI	1992	9.3	8.8		10.3	11.9	13.9	10.6	10.0	10.2
		0.8	0.3		0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2
CEEAC	1984	9.6	1.4	2.1	1.4	1.5	1.8	1.1	1.3	1.3
		0.6	0.3	0.3	0.3	0.2	0.2	0.3	0.3	0.3
CEDEAO	1975	2.9	10.1	5.2	7.9	9.0	10.7	9.5	9.6	10.6
		1.1	0.4	1.0	0.6	0.4	0.4	0.5	0.5	0.4
IOC	1982	8.4	3.0		4.1	6.0	4.7	4.2	5.5	5.3
		0.1	0.1		0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
MRU	1973	0.2	0.8	0.4	0.0	0.1	0.1	0.4	0.3	0.2
		0.1	0.0	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
SADC	1992	8.0	2.0	1.4	4.8	8.7	10.4	11.9	10.2	9.3
(ex-SADCC)	1980	2.2	1.6	1.1	1.0	0.8	0.7	0.6	0.7	0.7
UEMOA	1994	6.5	9.6	8.7	13.0	10.3	11.0	13.1	14.3	12.3
(ex-CEAO e UMOA)	1973	0.3	0.3	0.2	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
	1962									
UMA	1989	1.4	0.3	1.0	2.9	3.8	3.3	2.3	2.6	2.7
		1.5	2.3	1.5	1.0	0.6	0.5	0.8	0.7	0.7

Fonte: elaborado a partir de World Bank (1998; 2004)

Notas: a) a 1ª linha correspondente, para cada agrupamento, à quota (em %) das exportações efectuadas no seu interior relativamente às suas exportações totais;

b) a 2ª linha correspondente, para cada agrupamento, à quota (em %) das suas exportações totais relativamente às exportações mundiais:

Fonte: Fernandes, Boukouna e Júnior (2011)

A Tabela 1 demonstra que em várias organizações, a quota do comércio intrarregional é bastante diminuta, atingindo o máximo de 12% a 13% no caso da UEMOA, seguido por CBI,

SADC e da CEDEAO, com valores a rondar os 10%. Com exceção da COMESA (cerca de 6%), os restantes valores são bastante incipientes.

No que concerne a evolução temporal, com exceção da CEDEAO e da SADC, que antes da sua formação apresentavam um valor de cerca de 5% de comércio intrarregional que, posteriormente subiram para 10% e ali tem permanecido, e da UEMOA (que integra vários países da CEDEAO), que de forma muito pouco pronunciada tem-se demonstrado algum comércio de pouco mais de 11% nos últimos anos, nas restantes organizações os efeitos são reduzidos. No cômputo geral, o peso das exportações das organizações de integração africana nas exportações mundiais é bastante reduzido com uma variação entre 1 a 2%. A falta de complementaridade comercial entre os países parceiros, a dimensão reduzida dos seus mercados, a fraca infraestrutura de transporte ou ainda os elevados custos de comércio nas fronteiras, a baixa diversidade da estrutura económica dos países nomeadamente a industrial, ajuda-nos melhor a compreender o baixo desempenho económico destas regiões.

Do ponto de vista da composição das mercadorias de exportação, o comércio intra-África é muito modesto. Atualmente, grande parte de países do continente africano importa de fornecedores não africanos, como os países da OCDE, bem como das economias asiáticas emergentes. Os países africanos não têm tido competência suficiente para substituir as importações dos países do norte. O cerne de toda a questão do aumento do comércio Sul – Sul, está na excessiva dependência dos países em desenvolvimento face aos países desenvolvidos (Ferreira, 2005; Krapohl e Fink, 2013).

As exportações africanas continuam a ser fortemente influenciadas pelos laços históricos com o resto do mundo, com mais de 80% das exportações para os mercados da União Europeia e dos Estados Unidos da América (Geda e Seid, 2015).

O que se pode concluir é que as exportações nas regiões económicas africanas não são menores do que deve esperar. Os países das regiões apresentam problemas de complementaridade bastantes acentuadas, o que, conseqüentemente reduz a probabilidade de criação do comércio entre países das regiões económicas, um dos indicadores mais importantes para medir a efetivação da integração económica regional. Apenas alguns países possuem estruturas fortes para corresponder as procuras de importações de outros países africanos.

Reconhecendo os desequilíbrios e falta de complementaridade nas relações económicas entre Estados em diversos contextos das regiões económicas africanas, estas são forçadas a realizar transformações estruturais, de modo a libertarem os seus potenciais e criarem condições para uma base produtiva diversificada que promova um crescimento inclusivo.

Quanto a São Tomé e Príncipe, este país inscreve-se no grupo de países com significativo atraso a nível de infraestruturas, mercado, desenvolvimento, diversificação da atividade económica entre outros indicadores, mas que vê as iniciativas de acordos e cooperação internacional como uma das estratégias para melhorar o seu posicionamento ao nível do parâmetros atrás referidos.

Seguindo esta lógica, o São Tomé e Príncipe tem acordos de cooperação estabelecidos com várias organizações como por exemplo a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), PALOP (Países de Língua Oficial Portuguesa), OIF (Organização internacional da Francofonia), CGG (Comissão do Golfo da Guiné). O país é membro da CEEAC (Comunidade Económica de África Central), tem estatuto de observador CEMAC (Comunidade Económica Monetária de África Central), tem uma parceria estratégica com a Nigéria no âmbito da ZDC (Zona de Desenvolvimento Conjunto) acordos de cooperação estabelecidos com os EUA e a União Europeia. No entanto, dada as circunstâncias e a impossibilidade de analisar pormenorizadamente cada um destes organismos, passamos a analisar aquele que constitui o objeto central do nosso trabalho, a CEEAC.

3.2.5. Comunidade Económica do Estados da Africa Central

A criação da Comunidade Económica do Estados da África Central (*Economic Community of Central African States - CEEAC*) derivou da decisão conjunta dos E.M. da União Aduaneira do Estados da África Central (UDEAC) e os E.M. da Comunidade Económica dos Estados dos Grandes Lagos (CEEGL) em intensificar a integração comercial e criar uma comunidade económica mais ampla. Sedeada em Libreville (sede) – República do Gabão, esta é uma entre as sub – regiões do continente africano, instituída em Outubro de 1983 pelo Tratado Constitutivo que entrou em vigor em dezembro do ano seguinte.

Atualmente a CEEAC integra 11 E.M., a entre os quais os da UDEAC (Camarões, República Centro-Africana, Chade, República do Congo, Guiné Equatorial e Gabão), os da CEEGL (Burundi, República Democrática do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe) e Angola que manteve membro observador até ao ano de 1991, quando se tornou membro pleno.

Em 2013, a CEEAC contava com uma população estimada em cerca de 145 milhões de habitantes distribuídos por uma extensão territorial aproximada de 6.640.490 Km² de superfície, sendo que S. Tomé e Príncipe é o país mais pequeno com cerca de 1001 Km² de superfície territorial, enquanto a República Democrática do Congo, além do mais populoso, ocupa maior extensão geográfica com 2.344,9 mil Km².

STP – I RET

A estrutura da CEEAC, isto é, as instituições que garantem o seu funcionamento é composta por órgãos que possuem atribuições específicas estruturais:

- Conferência de Chefes de Estado e do Governo – o órgão supremo da Comunidade, composta pelos chefes dos E.M.. Tem competência para definir as políticas gerais e grandes orientações da Comunidade, orienta e harmoniza as políticas socioeconómicas dos E.M;
- Conselho de Ministros – composto pelos ministros responsáveis pelo desenvolvimento económico ou qualquer outro ministro designado por cada E.M., com competências para fazer recomendações sobre qualquer ação destinada a alcançar os objetivos da Comunidade no contexto da política geral, as orientações gerais definidas e adaptadas pela conferência. O conselho reúne duas vezes ao ano em sessão ordinária é presidida pelo ministro o qual o chefe de Estado preside a conferência;
- Tribunal de Justiça - ainda inoperacional na Comunidade, mas com a incumbência de garantir a conformidade com a lei na interpretação e aplicação do Tratado que institui a Comunidade e decidir sobre conflitos que podem ser apreendidos das disposições do Tratado;
- Secretária-geral – compete estabelecer anualmente o programa e ações da Comunidade, preparar e executar as decisões e diretivas da Conferência e dos regulamentos do Conselho, assegurar a promoção de programas de desenvolvimento e projetos baseados na Comunidade;
- Comité Consultivo – sob a responsabilidade do Conselho do Ministro, investiga as questões e os projetos para submeter as outras instituições;
- Comités Técnicos Especializados – criados em áreas específicas para agir no âmbito das tarefas atribuídas para cada domínio.

A CEEAC foi criada com a missão de promover o fortalecimento da cooperação harmoniosa e dinâmica, equilibrada e autossustentável em todas as áreas de domínio económico e social, especialmente nos sectores da indústria, transportes, comunicações, energia, agricultura, recursos naturais, comércio, setor monetário e financeiro, recursos humanos, turismo, cultura, ciência e tecnologia e a circulação de pessoas, no âmbito da União Aduaneira e Livre Comércio, visando alcançar a autonomia coletiva e elevar o nível das populações, aumentar e manter a estabilidade económica, reforçar as estreitas relações pacíficas entre os E.M, contribuindo portanto para o progresso e o desenvolvimento do continente africano. O objetivo máximo da CEEAC é estabelecer um Mercado Comum Centro-Africano. A base da CEEAC, a União Aduaneira e Económica da África Central (UDEAC), transformou-se em 1994, na Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), com finalidade

de aprofundar a integração regional, através da adoção de uma moeda comum, o franco CFA. Atualmente, os E.M. da CEMAC partilham uma estrutura financeira comum - regulamentar e legal, além de manterem uma pauta externa comum, isto é, o comércio intrarregional e os movimentos de capitais na CEMAC são livres.

Com vista a manutenção da paz, solidariedade, desenvolvimento equilibrado e livre circulação de pessoas bens e serviços, a CEEAC pretende implementar até 2025:

1. A Harmonização da tarifa externa comum da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), com vista a realizar uma união aduaneira;
2. Eliminação da barreira não tarifárias;
3. Harmonização de documentos aduaneiros;
4. Livre circulação de pessoas, particularmente os operadores económicos;
5. Desenvolvimentos das infraestruturas de apoio, tais como a adoção do plano diretor de transportes e a criação de uma reserva de energia para a sub-região;
6. Adoção de um programa de segurança alimentar;
7. Estabelecimento de uma tarifa aduaneira de 0,4% para o financiamento da integração regional.

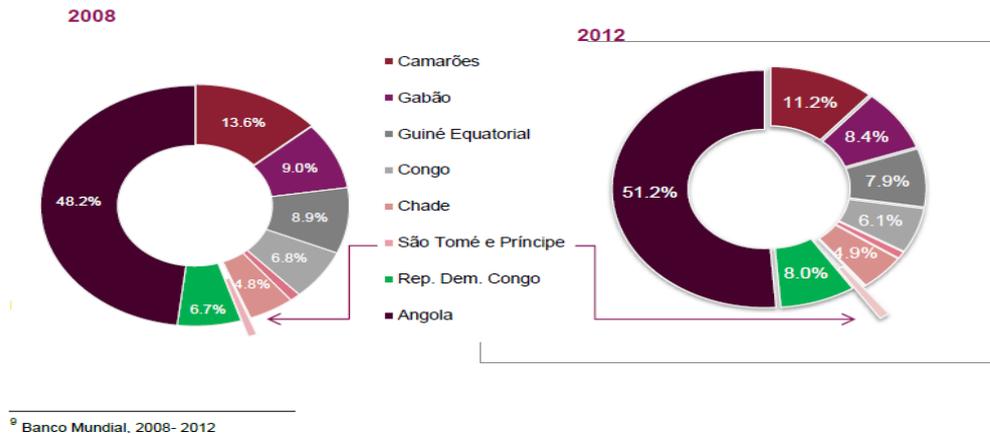
Esta região possui um subsolo rico em matérias-primas importantes (petróleo minerais, diamante, cobre, ferro, manganês, cobalto, etc.), nalgumas das quais possui as mais importantes reservas mundiais. Sendo a segunda bacia florestal e hidráulica a nível mundial, esta zona tem registado nos últimos anos uma taxa de crescimento média na ordem de 5%, fruto do aumento dos preços das mercadorias mas também da estabilidade macroeconómica e boas políticas que, contribuíram com quase 120 milhões de dólares de exportação, em 2013, no espaço CEEAC, onde petróleo domina a economia da região e é responsável por 41% do PIB⁴.

No entanto, esta é uma região com economias muito distinta, onde Angola se destaca com significativo peso no PIB da região (superior 51%) estando São Tomé e Príncipe em último lugar com uma contribuição pouco significativa na economia da região como se poderá observar na Figura 3. Por outro lado, Figura 4 evidência que Angola é a economia que mais cresceu em 5 anos o que permitiu reforçar o estatuto de motor de crescimento da região (AIP, 2014: 28-30).

⁴ <http://www.ceeac-eccas.org/index.php/es/a-propos-de-la-ceeac>

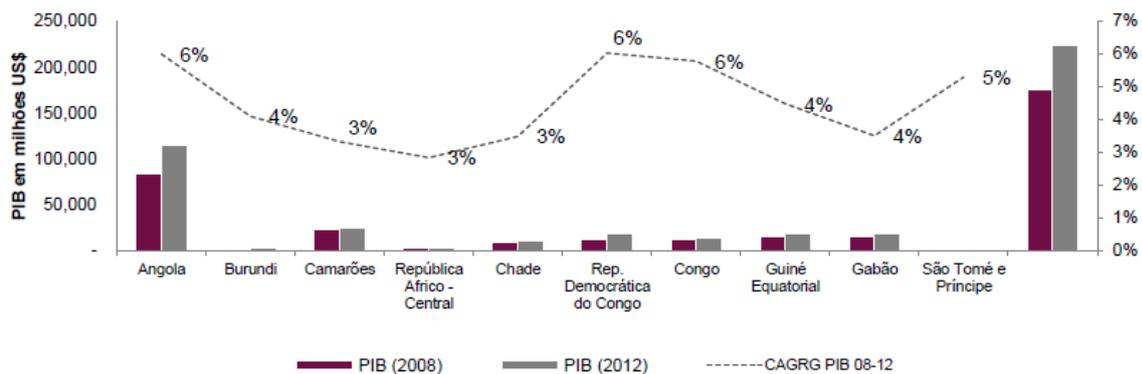
STP – I RET

Figura 3 - Contribuição de cada EM para PIB da CEEAC



Fonte: AIP, 2014

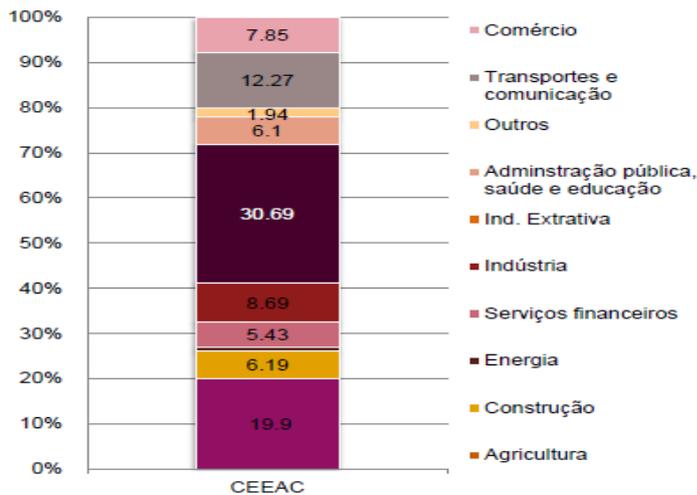
Figura 4 - PIB por EM, milhões US\$



Fonte: AIP, 2014

Entre 2008 e 2012, o PIB da região aumentou em US\$ 49.189 milhões, atingindo o pico de US\$ 222.980 milhões, com uma relevante contribuição da indústria extrativa (cerca de 31% do PIB da região, como se pode observar na Figura 5), que é a base da exportação dos países como Gabão, República Democrática de Congo, Chade e Guiné Equatorial, seguida pelo sector da agricultura e floresta - perto de 20% do PIB (cacau, café, algodão, borracha, banana e tabaco), de significativa importância para os países como o Burundi e a República Centro Africana.

Figura 5 – PIB por sector na CEEAC



Fonte: AIP, 2014

Não obstante o cacau representar mais de 80% das exportações de São Tomé e Príncipe, o sector dos serviços representa já cerca de 60% da riqueza criada no país e de 60% emprego. A atividade turística tem sido apontada nos últimos anos pelos governantes, como o sector que mais poderá contribuir para o desenvolvimento do país. Contudo, este sector enfrenta fortes desafios inerentes ao contexto interno do país como, a fraca promoção do país no mercado internacional, os elevados custos e limitações de acessos, o fraco nível de infraestrutura turística, o mau estado do património histórico-cultural, a falta de saneamento entre outros.

As exportações entre os países da CEEAC não atingem 1% do total das exportações da região. Angola constitui o principal recetor no espaço CEEAC, apresentando complementaridade com as exportações do Burundi, Chade, Camarões e Republica Democrática de Congo (Figura 6). Do lado oposto, a Guiné Equatorial não apresenta qualquer complementaridade de exportação ou importação com restantes países, enquanto São Tomé e Príncipe tem relações comerciais muito fracas com os países da região, representando um valor insignificante nas exportações intrarregionais, talvez devido ao fator insularidade (AIP, 2014: 42). O baixo nível de industrialização e significativa falta de complementaridade industriais das economias podem constituir explicações para reduzido índice comercial entre as economias da região.

STP – I RET

Figura 6 - Índice de complementaridade comercial intra -CEEAC (%)

		País exportador									
		Angola	Burundi	Camarões	República Centro-Africana	Chade	Congo	Rep. Dem. Congo	Guiné Equatorial	Gabão	São Tomé e Príncipe
País importador	Angola	0	100	92	50	91	50	91	0	50	50
	Burundi	50	0	48	41	35	19	52	0	33	35
	Camarões	50	27	0	52	70	22	32	0	50	24
	República Centro-Africana	61	53	42	0	54	52	51	0	46	58
	Chade	51	49	60	57	0	52	42	0	41	18
	Congo	50	12	22	14	46	0	14	0	46	9
	Rep. Dem. Congo	51	18	43	30	25	54	0	0	41	30
	Guiné Equatorial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Gabão	50	16	42	32	63	66	33	0	0	21
	São Tomé e Príncipe	61	49	44	45	51	12	49	0	27	0

Fonte: Cálculo realizado pela PwC com base nos dados do UNCTAD, UNCTADstat

Fonte: AIP, 2014

Esta região é instada a incentivar o surgimento de um sector privado dinâmico e competitivo. Mas antes de mais, a região tem de promover o desenvolvimento das infraestruturas básicas, melhorar as redes nacionais de transporte entre os países da África Central, aumentar os níveis de consumo de eletricidade per capita (atualmente nos 12,5 kwh) e melhorar o acesso às tecnologias de informação e comunicação (que apresenta níveis inferiores a média do continente). No estudo desenvolvido pelo Projeto Regional de Facilitação do Negócios no Espaço CEEAC (PRFNECEEAC, 2015) foram elencados os principais obstáculos à facilitação dos negócios no espaço CEEAC a destacar:

1. Falta de fiabilidade das políticas públicas;
2. Debilidade da integração económica;
3. Regulamentação demasiado limitativa e pouco harmonizada no plano regional;
4. Decisões jurídicas muitas vezes lentas e imprevisíveis;
5. Débil cultura do empreendedorismo e de inovação;
6. Sistema fiscal pouco propício ao crescimento;
7. Um acesso particularmente difícil ao financiamento às empresas;
8. Dificuldades de acesso aos mercados público para PME;
9. Dialogo público-privado insuficiente e ineficaz;
10. Um ambiente pouco propicio ao desenvolvimento de Parcerias Público- Privado (PPP).

STP – I RET

De acordo com o disposto no site da comunidade⁵, é imperioso o cumprimento de uma série de decisões com vista a criar um quadro propício a atração de investimentos, nomeadamente: Protocolo sobre a livre circulação e o direito de estabelecimento dos nacionais nos países da CEEAC; Facilitação de procedimentos aduaneiros; Implementação de mecanismo compensatórios; Adoção de uma Tarifa Exterior Comum (TEC); Eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias, Adoção de políticas agrícolas e industriais.

Não obstante a falta de coesão e do espírito de união no espaço CEEAC, de acordo com os objetivos preconizados na visão 2025 para acelerar a integração, a comunidade anuncia alguns ganhos no que se refere a COPAX- com melhoria a nível da estabilidade política, com significativo fortalecimento da capacidade da Força Multinacional da África Central (FOMAC) e do Mecanismo de Alerta Rápido para África Central (MARAC);

No Plano Desenvolvimento Consensual de Transporte em África Central (PDCT-AC), inclui 14 projetos prioritários de todas as infraestruturas de transportes que suportam o comércio internacional dos Estados da região (portos, aeroportos internacionais, redes de rio e lagos).

No domínio das infraestruturas energéticas, destaca-se o fortalecimento do mercado regional de energia através do Polo Energético da África Central (PEAC), reconhecido no quadro institucional para estimular a cooperação e estimular os E.M. a trabalharem juntos na exploração energética na região. Um projeto que continua em estudo para realização da interconexão elétrica entre países da região e resto da África principalmente através da barragem da D'ingra na (RDC).

No que concerne ao meio ambiente, no âmbito da COMIFAC tem-se verificado ganhos nos programas e projetos nacionais e regionais para proteção e prevenção de catástrofes e alterações climáticas desenvolvidas no sentido de valorização e sustentação dos recursos naturais e ecossistemas.

Na ótica da agricultura e segurança alimentar, as atividades têm sido evidenciadas no quadro do desenvolvimento da adoção de Programa Regional para Segurança Alimentar na África Central, (PRSA-AC), no desenvolvimento da Política Agrícola Comum (PAC-CEEAC), na criação de Fundo Especial Regional de Desenvolvimento Agrícola (FSRDA) e o desenvolvimento de normas fitossanitárias comuns.

⁵ <http://www.ceeac-eccas.org/>

4. Economia e a Sociedade S. Tomé e Príncipe

4.1. Contexto económico e sócio - cultural

Localizado no Golfo da Guiné, a 350 Km da costa ocidental da África, São Tomé e Príncipe é um arquipélago composto por duas ilhas principais e mais alguns ilhéus. Com uma área de 1001 Km² e uma população perto de 200 mil habitantes, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita em 2014 foi de USD 1570. Este pequeno estado insular de língua portuguesa, possui recursos limitados e tem uma economia muito baseada na exportação não diversificada de cacau e numa atividade turística nascente. Uma economia em desenvolvimento, de rendimento médio baixo, frágil, de elevada vulnerabilidade a choques exógenos, fortemente dependente da importação e da ajuda internacional (AICEP Portugal Global, 2015).

As vulnerabilidades acima mencionadas são agravadas pela reduzida capacidade de gestão da administração, fruto escassa formação dos recursos humanos, bem como à fuga de cérebros e à incapacidade técnica de criar um ambiente favorável ao investimento do sector privado (Castro e Cardoso, 2005: 272).

A sua localização poderá constituir fatores de desenvolvimento derivado das potencialidades que oferece em poder converter-se numa plataforma logística para o mercado da região, pois pode vir a servir de trampolim de acesso a mercado da região por parte das economias terceiras, na medida em que o país goza do privilégio de acesso aos mercados externos nomeadamente da União Europeia (EU) e dos Estados Unidos da América (AICEP Portugal Global, 2015).

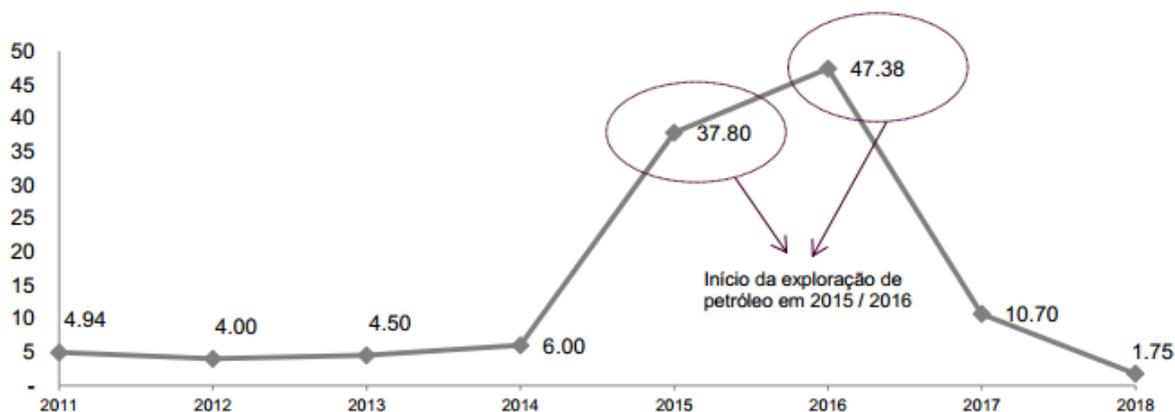
A atividade económica do país apresenta problemas e deficiências estruturais bastante acentuadas. O sector produtivo é muito reduzido. Dependente fortemente da ajuda externa, de bens importados e mais recentemente dos rendimentos provenientes do petróleo, da exportação de cacau e da emergente atividade turística, como tal, não consegue suportar os elevados desequilíbrios externos (AICEP Portugal Global, 2015; AIP, 2014).

A reforma tributária, a modernização do sistema financeiro, a mudança do regime financeiro, o programa macroeconómico apoiado pelo FMI, bem como o acordo de cooperação com Portugal encarado no suporte do regime cambial, no estabelecimento de uma taxa cambial fixa entre a Dobra (moeda nacional) e o Euro constituem no entanto, algumas estratégias de abertura modernização e desenvolvimento da sua economia.

STP – I RET

O país registou uma recuperação gradual do Produto Interno Bruto desde 2010 (Figura 7) muito por culpa do impulsionamento dos sectores da construção, do turismo, do comércio e dos minérios, do maior rigor orçamental e da paridade cambial com o Euro (em vigor desde o início do ano 2010). Este crescimento ocorre após o abrandamento verificado em 2009, fruto do decréscimo dos financiamentos ao país, que provocou atraso na execução de alguns projetos público privado e perspectivas económicas do país (AICEP Portugal Global, 2015; AIP/LWC, 2014).

Figura 7 - Crescimento anual de PIB em São Tomé e Príncipe (%)



Fonte: AIP/LWC, 2014

O título das receitas petrolíferas depositadas na Conta Nacional do Petróleo (*NOA – National Oil Account*) e também os donativos continuam a ter um peso preponderante no financiamento das contas públicas do país, as quais registaram um défice de 10% do PIB no ano de 2014. Em 2014, o stock de dívida pública era estimado em mais de 75% de PIB (AICEP Portugal Global, 2014). No entanto, as ajudas de alguns parceiros de cooperação de carácter multilateral, nomeadamente do FMI, BM, BAD, EU e do PNUD, bilateral, como de Portugal, Angola, Taiwan, da Nigéria, do Brasil, EUA, Japão, França, entre outros países, continuam ser significante. No âmbito de progressos alcançados na aplicação da estratégia de combate à pobreza e na execução do ajustamento macroeconómico, e por país ter cumprido os requisitos necessários para atingir o chamado Ponto da Iniciativa HIPC (*Heavily Indebted Poor Countries*) em 2007, São Tomé e Príncipe beneficiou de uma redução da dívida superior a 70%. Por conseguinte, no final do ano de 2014 segundo o EIU, o stock da dívida externa era estimado em 228 milhões de USD (cerca de 61% o PIB). No Orçamento de Estado para mesmo ano cerca de 93% dos gastos de capital foram financiados por ajuda externa através de

grants (47,6% do total) e de empréstimos (52,4%) o que implica forte dependência da concessão de empréstimos por parte das instituições multilaterais e dos parceiros bilaterais.

4.2. Estrutura Produtiva

A economia é marcada por deficiências estruturais significativas, que se traduzem numa base produtiva e num sector exportador muito reduzidos, que estão na origem dos elevados desequilíbrios externos (AICEP Portugal Global, 2015).

O sector empresarial é embrionário e composto essencialmente por microempresas (AfDB et al., 2012). De acordo com o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP 2015: 16) em termos reais, a economia do país cresceu 4,5% em 2014, mais 0,3 pontos percentuais em relação a 2013, facto que se refletiu na melhor performance do sector privado, com crescimento considerável do IDE e maior dinamismo da atividade turística.

Com recursos limitados e pouco diversificados, a estrutura produtiva do país assenta essencialmente na agricultura (com destaque para o cacau) e pesca, no comércio, e na emergente atividade turística (Tabela 2). O desenvolvimento do sector privado é limitado pela insularidade, pela pequena dimensão do país e pelas dificuldades introduzidas pelas leis de investimentos, regulamentos e procedimentos.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto por sector

Sector de Atividade	Taxa de crescimento		Peso do sector no PIB		Contribuição do Sector no Crescimento do PIB	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Agricultura e pecuária	0,2	1,3	10,1	9,8	0,03	0,13
Pescas	2,5	2,6	4,9	4,8	0,13	0,12
Indústrias Extrativas	-0,7	1,2	0,3	0,3	0,00	0,00
Indústrias Transformadoras	5,3	1,3	7,0	6,8	0,37	0,09
Produção e Dist. de Eletricidade e Água	8,4	7,1	2,5	2,5	0,20	0,17
Construção	1,1	1,1	6,4	6,2	0,07	0,07
Comércio	3,8	3,4	28,5	28,2	1,10	0,96
Alojamento e Restauração	4,9	24,1	1,3	1,5	0,06	0,31
Transportes, Armazenagem e Comunicações	5,4	5,8	16,8	17,0	0,90	0,97
Atividades Financeiras	1,5	1,9	1,9	1,8	0,03	0,04
Imobiliárias, Alug. e Serviços às Empresas	1,5	1,9	3,1	3,0	0,05	0,06
Administração Pública	2,0	2,0	3,6	3,5	0,07	0,07
Educação	4,6	2,7	0,9	0,8	0,04	0,02
Saúde e Ação Social	2,0	2,0	0,4	0,4	0,01	0,01
Outras Atividades de Serviços	6,2	6,2	4,7	4,8	0,29	0,29
Impostos sobre Produtos	30,4	10,3	8,8	9,3	2,13	0,91
Direitos de Importação	6,0	13,7	15,7	17,1	0,92	2,15

Fonte: INE/Tratamento do BCSTP

Fonte: BCTP (2015: 16)

STP – I RET

A agricultura e pesca destina-se maioritariamente à subsistência das populações, tendo um papel socioeconómico relevante pois, assegura a alimentação e o emprego e constitui a principal fonte de rendimento de muitas famílias. O cacau continua a ser a principal cultura, representando cerca de 80% das exportações, não obstante relativa ascendência do sector terciário a nível de criação de riqueza. No entanto, tem-se observado uma tendência para exportar novos produtos, como é o caso da baunilha e da pimenta.

Entre as maiores adversidades ao desenvolvimento da agricultura estão a insularidade do território, a pequena dimensão do mercado interno e o relevo que dificulta o acesso a cultivo mecânico (CE – CPLP, 2015). Além de não existir atividade de pesca industrial desenvolvida, o país está sob o embargo imposto pela União Europeia (UE) que impede a exportação de pescado para países da UE devido às condições sanitárias de todo o processo desde a captura do pescado, transporte, comercialização, processamento, refrigeração e armazenamento. No entanto, a atividade piscatória está pouco desenvolvida. O país não possui infraestruturas com capacidade de receber embarcações de grande porte e os pescadores utilizam canoas ou barcos artesanais de pequenos portes que não oferecem condições tanto a nível técnico nem a nível de segurança. O volume das capturas é reduzido e destina-se, na sua maioria ao consumo doméstico.

Perspetiva-se a exploração do petróleo no país, e desde 2005 aquando da assinatura de contrato de prospeção celebrados com as companhias petrolíferas, as autoridades santomenses têm vindo a receber bónus petrolíferos pagos pelas companhias interessadas na prospeção de uma determinada área (CGD, 2014:12). As perspectivas de riqueza petrolífera têm sido adiadas. Os resultados das perfurações indicaram que as reservas hidrocarbonetos eram demasiadas pequenas para justificar os custos de investimento. Logo, em 2007 - 2012 e 2013 as companhias petrolíferas de grande porte anunciaram a desistência da exploração do petróleo em STP e o que, conseqüentemente, reduziu as perspectivas do sector petrolífero no futuro próximo, que passaram a depender de empresas de médio porte com capacidade reduzida de perfuração em alto mar (FMI, 2014: 27).

O sector terciário é o que absorve mais volume de emprego, com mais de 60% dos empregados do país e o que mais contribui para o PIB do país. Nele integram-se a atividade turística, o comércio e outros serviços.

A atividade turística passou a ser apontada como sector que mais poderá contribuir para o desenvolvimento do país, e tem sido considerada como sector estratégico para o país, promotora de transformações socioeconómicas internas, fundamentalmente ao nível da saúde e das infraestruturas, contribuindo para o desenvolvimento social e económico e para a

melhoria das condições de vida da população (AIP, 2015: 104). Porém, não obstante as potencialidades, o sector é confrontado com alguns constrangimentos já anteriormente mencionados (CE - CPLP, 2015).

4.3. Estratégia de Desenvolvimento

Com o intuito de tornar a economia mais competitiva, as autoridades santomenses definiram os seguintes objetivos estratégicos para o país (FMI, 2014; AIP, 2014; AIP/LWC, 2014): alcançar uma taxa mínima de crescimento do PIB (6%); redução da pobreza do país; assegurar o acesso de toda a população a serviços básicos, assentes nos seguintes eixos:

- Reforma das instituições públicas e reforço da política de boa governação;
- Promoção de um crescimento económico e sustentável integrado;
- Desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços básicos;
- Reforço da coesão e proteção social.

Neste contexto, foi elaborada a Segunda Estratégia Nacional da Redução da Pobreza (ENRP II) com vista a promover o crescimento e a redução da pobreza, a probidade orçamental, a estabilidade financeira e a criação de um ambiente propício ao investimento privado e ao crescimento inclusivo (FMI, 2014: 26).

A ENRP II foi desenvolvida a partir de dois possíveis cenários: com e sem produção de petróleo. Com a prospecção do petróleo na zona de exploração conjunta com a Nigéria, o IDE poderá a vir apresentar melhor desempenho tanto nas atividades diretamente ligadas ao sector do turismo como nos outros conjunto de investimentos infraestruturais complementares. No entanto, uma vez que os desenvolvimentos recentes indicam que a produção do petróleo não começará em breve, não obstante o impacto negativo sobre os objetivos mais ambiciosos de redução da pobreza a médio prazo, os objetivos do cenário alternativo (não petrolífero) permanecerão validos, embora com a ausência de receitas petrolífera durante o prazo de implementação da estratégia (FMI, 2014:26).

Para responder aos compromissos assumidos na ENRP II foi elaborado o Plano de Ações Prioritárias 2013-2016 (PAP) na qual constam um conjunto de medidas, assente na valorização das potencialidades internas e na cooperação bilateral e multilateral para potenciar o país por meio de reformas das instituições públicas e boa governação, promoção do crescimento económico sustentável, valorização do capital humano dos serviços sociais básicos e reforço da coesão e proteção social (CGD, 2014: 33). O PAP prevê um conjunto de

STP – I RET

medidas, no valor de cerca de 3,9 milhões de USD, assumidas no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras assinado entre o Governo santomense e o FMI para a concretização da ENRP-II. (AIP AIP/LWC 2014). A UE também apoia a sua implementação através da ajuda financeira 11º FED, no montante de 28 milhões de Euros, centrado no apoio ao desenvolvimento das infraestruturas de transporte rodoviárias, na água e saneamento e no reforço das fileiras agrícolas de exploração para revitalizar a agricultura.

O cumprimento do principal objetivo do programa de reforma económica do país e no quadro da missão que o FMI efetuou em Abril/Maio do 2015, requer um conjunto de reformas a destacar (AICEP Portugal Global, 2015):

- Reforço da mobilização de receita interna, a racionalização da despesa, a gestão da dívida pública e das finanças pública de modo a recuperar a disciplina fiscal e a reduzir riscos de sobre endividamento;
- Introdução do plano abrangente para eliminar o stock de atrasos que previna a acumulação de novos atrasos;
- Promoção da estabilidade financeira através de um quadro regulamentar sólido ao nível da supervisão, da regulação, da gestão de crise e da resolução bancária;
- Melhorar o ambiente de negócios para promoção do crescimento (incluindo melhorias das infraestruturas físicas);
- Melhorar a capacidade de instituição chave do Governo através de assistência técnica adequada.

Na sequência da conjugação de vários fatores, entre eles entrada de capital privado, principalmente através do IDE, a efetiva implementação do programa de investimento público, no curto prazo os fluxos de ajuda financeira proveniente de doadores não tradicionais como (Angola, Taiwan e a Nigéria), vários investimentos têm sido realizados: projetos de infraestruturas com financiamento estrangeiro, a melhoria das infraestruturas aeroportuárias e rodoviárias, o crescimento da produção agrícola, apoiado pelo investimento em novas plantações de cacau e de óleo de palma e ainda os esforços para aumentar a produtividade dos projetos comerciais existentes atualmente (AICEP PORTUGAL GLOBAL, 2015; Export Ribatejo).

Embora esteja previsto o declínio do nível da ajuda ao desenvolvimento, os fluxos de capital estrangeiro, oriundos dos países e das instituições multilaterais, deverão permanecer significativos pois, os défices da balança corrente continuaram a ser financiados, essencialmente por empréstimos das instituições multilaterais e dos parceiros bilaterais.

4.4. Ambiente de negócios em São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe fez avanços consideráveis no que concerne a melhoria do ambiente de negócios. Contudo, este esforço não foi sustentado de modo a que a economia entrasse numa trajetória de crescimento sustentável. De acordo com a edição de 2012 do inquérito Doing Business do Banco Mundial, São Tomé e Príncipe foi um dos países que mais reformas realizou em 2011. Contudo, esta tendência não foi sustentada nos anos seguintes e as melhorias não foram verificadas na edição do ano 2014 em 8 dos 10 indicadores (abertura de empresas, registo de propriedades, obtenção de créditos, proteção de investidores, pagamento de impostos, comércio entre fronteiras, resolução de insolvência e obtenção de alvarás de construção), tendo apresentando melhoria apenas nos requisitos de facilidade de obter eletricidade e cumprimento dos contratos, que consequentemente levou o país a cair algumas posições no ranking. Logo, a classificação do país é inferior à dos pequenos Estados e muito abaixo da média da África Subsariana (FMI, 2014: 20;21).

Dada a reduzida base de exportação e as perspetivas mais incertas sobre o petróleo, o país tem necessidade de estimular o investimento privado e a diversificação da produção através de melhorias no ambiente de negócios.

Com objetivo de aumentar a competitividade externa de S. Tomé e Príncipe, foi lançado em 2015, o Guiché único na administração aduaneira relacionado com o comércio. O envolvimento de todas as instituições no processo de importações de mercadorias, para além da redução dos custos com a transação relacionados com o comércio, permite a arrecadação de receitas com o pagamento único e simultâneo de direitos aduaneiros e outras taxas e imposto. O processo complementa o guiché de investidor criado em 2011, concebido para centralizar as exigências administrativas para abertura de empresas, na medida em que reduz os custos para os investidores bem como, elimina o uso de documentos impressos e adota a assinatura e aprovação eletrónica de documentos. (FMI, 2014: 20-21)

4.5. Sistema financeiro em São Tomé e Príncipe

O sistema financeiro santomense é reduzido sem mercado de capitais mas, continua a crescer significativamente. É muito dominado pelos bancos comerciais que representam cerca de 98% do mercado, cabendo os restantes 2% às empresas de seguros. Atualmente, o país conta com 8 bancos comerciais e 2 companhias de seguro. O banco central fiscaliza as regras monetárias.

STP – I RET

Com exceção do maior banco comercial, com uma significativa proporção de capital público nacional o Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe (BISTP) com 48% detido pelo governo, 52% detidos por bancos estrangeiros (CGD e BAI) e do Banco Equador, de origem estrangeira (Grupo Mombanka e Mosquito) mas com participação local de 5%, o resto do bancos comerciais, (Afriland First Bank, Island Bank, Comercial Bank of São Tomé and Príncipe, EcoBank, Energy e BGFI Bank) são todos dominados pelo capital estrangeiro a 100% (FMI, 2014:81).

Tabela 3 – Bancos em São Tomé e Príncipe

Nome do Banco	Propriedade		País(es) dos accionistas estrangeiros
	Nacional	Estrangeiro	
Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe (BISTP)	48%	52%	Angola, Portugal
Banco Equador (BE)	5%	94%	Angola
Afriland First Bank		100%	Camarões
Island Bank SA		100%	Nigéria
Comercial Bank of São Tomé and Príncipe		100	Camarões
EcoBank São Tomé e Príncipe		100%	Gana, Nigéria; Costa do Marfim
Energy São Tomé e Príncipe		100%	Nigéria, Gana
BGFI Bank São Tomé e Príncipe		100%	Gabão

Para o FMI, a prevalência de bancos em São Tomé e Príncipe é superior à dos pequenos Estados insulares comparáveis. De modo geral, os dados indicam os baixos níveis de rentabilidade, uma percentagem elevada e crescente de créditos mal parados e uma tendência de rápido declínio dos rácios de fundos próprios ponderados pelo risco de banca.

4.6. Balança de pagamentos

Como reflexo da reduzida base de exportação e forte dependência das importações de alimentos, combustíveis e de investimentos relacionados a projetos, a conta corrente externa

STP – I RET

registra, e segundo as projeções do FMI (2014:17, 18) continuará a registar um défice (Tabela 4).

Tabela 4 – Balança de Pagamentos

				Em % do PIB		
	2013	2014	%	2013	2014	%
Balança Corrente	-83,73	-107,44	28,31	-27,61	-34,26	24,08
Balança de Bens (Incluindo Reexportação)	-115,76	-127,41	10,06	-38,17	-40,63	6,44
Balança de Bens (Excluindo Reexportação)	-121,70	-134,36	10,41	-40,13	-42,85	6,77
Exportação de Bens (Incluindo Reexportação)	12,89	17,22	33,62	4,25	5,49	29,21
Exportação de Bens (Excluindo Reexportação)	6,95	10,27	47,79	2,29	3,27	42,92
Mercadorias Gerais	5,42	9,15	68,89	1,79	2,92	63,32
dos quais Cacau	5,42	9,15	68,89	1,79	2,92	63,32
Reexportação	5,94	6,95	17,05	1,96	2,22	13,19
Importação de Bens	128,65	144,63	12,42	42,42	46,12	8,72
Bens de Consumo	52,31	61,72	17,98	17,25	19,68	14,09
Bens de Capital	27,89	30,29	8,63	9,20	9,66	5,05
Produtos Petrolíferos	38,21	41,12	7,61	12,60	13,11	4,06
Balança de Serviços	-10,20	-13,23	29,76	-3,36	-4,22	25,48
Rendimento Primário	2,10	7,57	260,75	0,69	2,41	248,85
Rendimento Secundário	40,12	25,63	-36,12	13,23	8,17	-38,22
Transferencias Públicas	15,52	2,29	-85,23	5,12	0,73	-85,72
Transferencias Privadas	24,60	23,34	-5,12	8,11	7,44	-8,25
Remessas de Emigrantes	26,06	25,16	-3,49	8,60	8,02	-6,67

Fonte: BCSTP, 2014

Segundo a CGD (2014), a média anual de entrada de investimento direto estrangeiro foi de 8% do PIB entre 2000 e 2012. A dimensão limitada da economia e a escassez de infraestruturas têm dificultado a atracção deste investimento que não acarreta dívida.

O desenvolvimento das relações comerciais a nível mundial e os acordos de cooperação com os EUA e a UE são determinantes.

O principal parceiro comercial de São Tomé e Príncipe é a Zona Euro seguido de África, muito pela influência dos produtos petrolíferos provenientes essencialmente de Angola.

Tabela 5 - Volume de transações com o exterior

	2013	2014	2013	2014	2014	
Total	135 592	154 894			14,24	
Europa	83 845	98 496	61,84	63,59	17,47	2,83
África	40 744	43 969	30,05	28,39	7,92	-5,53
América	2 784	3 287	2,05	2,12	18,08	3,37
Outros	8 219	9 141	6,06	5,90	11,22	-2,64

Fonte: BCSTP

As baixas exportações centradas num único produto (o cacau) representam quase a totalidade de vendas ao exterior (Tabela 8). Com quotas de 24% e 21,2% em 2014, Bélgica e os Países Baixos constituem os principais destinos das exportações (Tabela 6). No entanto, verificou-se um crescimento das exportações para a Espanha bastante acentuado, que passou de cerca de 11% em 2013 para aproximadamente 20% em 2014. Do lado das importações (Tabela 7), verifica-se maior diversificação dos produtos e em volume significativo que resulta num défice da balança corrente. Os principais bens importados (Tabela 8) são os produtos alimentares, os derivados do petróleo, maquinaria e equipamentos. Portugal destaca-se como principal fornecedor com uma taxa de cobertura de cerca de 61% do total das importações seguido a larga distância de Angola com 21,5% em 2014.

A balança de pagamentos é dominada pelo peso das importações de bens e serviços, cujo financiamento depende em larga média da ajuda externa. Caso se concretize o início da produção do petróleo, o perfil estruturalmente desequilibrado da balança de pagamentos deverá conhecer alterações significativas.

Tabela 6 – Principais destinos das exportações

Mercado	2012		2013		2014	
	% Total	Posição	% Total	Posição	% Total	Posição
Bélgica	5,9	5ª	20,6	2ª	24,0	1ª
Países Baixos	43,2	1ª	29,2	1ª	21,2	2ª
Espanha	10,2	2ª	11,4	4ª	19,9	3ª
França	9,2	3ª	11,9	3ª	13,3	4ª
Portugal	7,1	4ª	6,3	5ª	1,1	10ª

Fonte: AICEP, 2015

Tabela 7 – Principais origens das importações

Mercado	2012		2013		2014	
	% Total	Posição	% Total	Posição	% Total	Posição
Portugal	52,0	1ª	59,2	1ª	61,4	1ª
Angola	22,5	2ª	24,9	2ª	21,5	2ª
China	1,8	6ª	1,6	5ª	2,4	3ª
EUA	1,8	7ª	2,1	3ª	2,3	4ª
Gabão	2,1	5ª	1,4	6ª	2,1	5ª

Fonte: AICEP, 2015

Tabela 8 – Principais produtos transacionados, 2014

Exportações	Peso %	Importações	Peso %
PP 18 - Cacau e suas preparações	91,4	PP 27 - Combustíveis minerais	22,9
PP 10 - Cereais	1,9	PP 22 - Bebidas	8,0
PP 09 - Café, chá, especiarias	1,7	PP 87 - Veículos automóveis	7,0
PP 08 - Frutos, avelãs, cascas de citrinos, melões	1,7	PP 85 - Máquinas e equipamentos elétricos e eletrônicos	6,7
PP 87 - Veículos automóveis	0,6	PP 84 - Máquinas e equipamentos mecânicos	4,6

Fonte: AICEP, 2015

4.7. O contexto político

Após a assinatura do Acordo de Argel em Novembro de 1974, o arquipélago de São Tomé e Príncipe proclamou a sua independência a 12 de Julho de 1975. O país na condição de microestado, logo buscou alicerçar alianças para a sua maior integração na cena internacional. A fragilidade do país resultante da sua reduzida dimensão demográfica e territorial bem como das carências de recursos naturais e financeiros, exigem a associação a grandes espaços para a mobilização de recursos e de parcerias para a segurança e viabilidade do desenvolvimento.

No âmbito de consolidação de espaços de cooperação, São Tomé e Príncipe tem acordos de cooperação estabelecidos com várias organizações, como por exemplo, a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), PALOP (Países de Língua Oficial Portuguesa), OIF (Organização Internacional da Francofonia), CGG (Comissão do Golfo da Guiné), o país é membro da CEEAC (Comunidade Económica de África Central), tem estatuto de observador

STP – I RET

CEMAC (Comunidade Económica Monetária de África Central), tem uma parceria estratégica com a Nigéria no âmbito da Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC), tem acordos de cooperação estabelecidos coma EUA e a União Europeia.

No entanto, o contexto político santomense não é dos melhores. O país tem sido confrontado com vários momentos conturbados ao longo do tempo, no qual conheceu dois períodos distintos. O primeiro período também conhecido por "Primeira República" evoluiu de um sistema de partido único e uma economia centralizada durante quinze anos, período de regime monopartidário na qual o país aderiu a CEEGL criada em 1976.

Em 1987, fruto da crise económica, o então governo do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) o partido único, assinou o Programa de Ajustamento Estrutural com Banco Mundial e FMI em outubro, tendo também aprovado várias resoluções com medidas visando suplementar o ajustamento estrutural com medidas de liberalização política. Estas alterações circunstanciais culminaram com a Conferencia Nacional de 1989 e, conduziram o país rumo a introdução da democracia pluripartidária. Em Agosto de 1990 foi aprovado por referendo popular a constituição democrática, baseado no sistema semipresidencial português que concede ao chefe de Estado certos direitos executivos particularmente nas áreas da defesa e política externa (CES, 1998).

Desde então, a cena política santomense tem sido marcada por uma constante instabilidade política que tem afetado o funcionamento da administração pública e prejudicado o seu desenvolvimento, resultante da ambiguidade entre poderes do Presidente da República e o Governo. As primeiras eleições legislativas foram realizadas em Janeiro de 1991. Durante o período de "Segunda República", o país já conheceu até à presente data, 16 governos constitucionais, resultantes de subseqüentes demissões de governos.

5. Processo de instituição e integração de São Tomé e Príncipe na CEAAC – um estudo empírico

5.1. Metodologia usada no estudo empírico

De modo a alargar as nossas perspetivas de análise, decidimos incluir uma componente prática que consiste em estudar as hipóteses de São Tomé e Príncipe se vir a converter num entreposto entre mercados regionais africanos e economias terceiras, assente na sua localização geoestratégica, e em factores como paz, segurança e baixo índice de criminalidade que caracterizam este país face ao contexto africano. De forma a recolher os dados necessários à realização desta análise optou-se pela aplicação de questionários.

Para analisar estatisticamente os dados recolhidos através de questionários elaborados em molde de perguntas abertas e fechadas, utilizou-se a tabulação de dados feita a mão (ler as respostas uma a uma, conta-las e organizá-las), com recurso ao uso de tabelas que possibilitam comparação entre dados e encontrar novas informações. Para tal foi necessário padronizar as respostas por categoria antes da tabulação.

Na parte superior da tabela, existem três campos quais sejam, frequência, indicadores e percentagem. O primeiro refere-se as questões, o segundo refere-se ao número de respostas contadas em cada alternativa, o terceiro refere-se à fração por cento em cada resposta.

5.1.1. Objetivo do questionário

O principal objetivo da utilização de questionários foi a recolha de informação, até ao momento inexistente, sobre a perceção da opinião de Santomenses sobre a integração de São Tomé e Príncipe no espaço CEEAC, e a forma como afeta a realidade do país em diferentes domínios. Conhecer até que ponto os inquiridos estão informados sobre os reais objetivos, vantagens, desvantagens e oportunidades que esta integração regional traz ou trará a São Tomé e Príncipe, é de capital importância.

5.1.2. Aplicação do questionário

A população investigada foram os alunos e antigos alunos da universidade Lusófona de Lisboa afeto aos países africanos de língua portuguesa, empresas com negócios em África, Embaixadas dos países da CEEAC acreditadas em Portugal, quadro superiores de diferentes direção, professores de ensino secundário e universitário em S. Tomé.

Em relação às Embaixadas e às empresas com negócios em África, os contatos foram feitas via correio electrónico. Foram enviados 39 questionários em molde de perguntas abertas (ver Anexo 1). Aos quadros técnicos superiores de diferentes, professores Secundário e Universitário em São Tomé e Príncipe, os contactos foram igualmente feitos via correio electrónico, tendo sido enviados 21 questionários tanto em molde de perguntas abertas como fechada (ver Anexo 1).

Relativamente aos alunos e antigos alunos africanos da universidade Lusófona de Lisboa, o contacto foi presencial na qual foram distribuídos 88 questionários em molde de perguntas fechadas (ver Anexo 3).

As taxas de resposta encontram-se na Tabela 10. Ao todo distribuímos oitenta e oito (88) exemplares de questionários em suporte papel e sessenta (60) via internet, perfazendo cento e quarenta e oito (148) exemplares distribuídos. Em contrapartida, foram recebidos trinta e seis (36) questionários em suporte papel e três (3) pela internet. Os questionários validos 100%, são trinta e nove (39).

Tabela 10 – Número de inquiridos e taxa de resposta

	Total Inquiridos	Total respostas
Embaixada e Empresas	39	0 (0%)
Quadro técnicos superiores e professores	21	3 (14,28%)
Alunos e antigos alunos africanos da universidade Lusófona de Lisboa	88	36 (40,9%)

5.2. Análise das respostas

Os resultados produzidos pelos questionários levam-nos a constatar que a política conduzida até hoje em matéria de promoção da participação de São Tomé e Príncipe na CEEAC se tem

revelado ineficaz. Grande parte dos inquiridos revelou desconhecimento sobre o tema. Daí observada grande resistência no preenchimento do inquérito, pelo menos no molde de perguntas abertas que, efetivamente responderam apenas três personalidades a salientar, o professor universitário e técnico do Ministério dos Negócios Estrangeiros Dr. Esterline Género, o professor do ensino secundário Dr. Uldson Tiny e ainda o empresário, com negócios em Angola, Dr. Hamed Teixeira, todos de nacionalidade santomense.

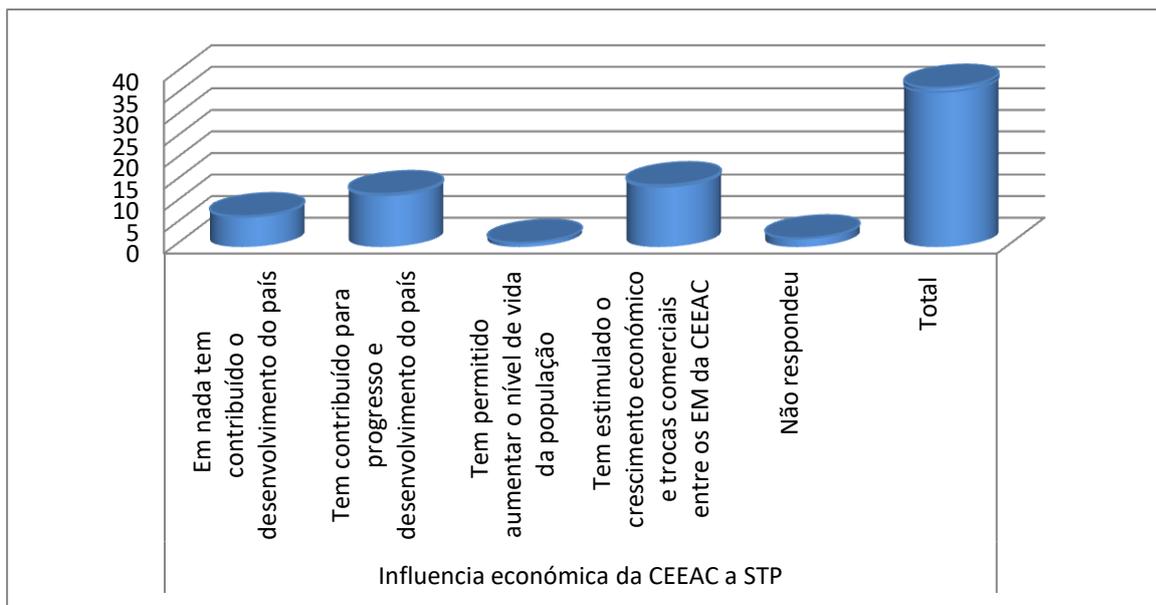
É possível encontrar alguns pontos antagónicos de acordo com as perspetivas apresentadas por inquiridos que responderam os inquéritos.

Se tomarmos como referência a opinião das personalidades que responderam o questionário em molde de perguntas abertas (Anexo 2), de acordo com a visão estacionária da regionalização, esta dá-nos a perspetiva de falta de complementaridade entre o Estados do espaço CEEAC e S. Tomé e Príncipe. Isto é, não existe um equilíbrio do ponto de vista de convergência no desenvolvimento económico, a nível de redução das assimetrias entre países, a nível de amortização de exposição aos choques externo, a nível de estabilidade política, ao de ganho de eficiência, do aumento de comércio, entre outros, que é, que se espera quando se integra uma comunidade económica. No entanto, para os inquiridos, pesa-embora a CEEAC se tenha revelado inconsequente no aspeto económico, a esperança reside na dinâmica da integração. As opiniões apontam para uma perspetiva da efetivação do espaço CEEAC como comunidade económica como um projeto de longo prazo.

Quanto ao arquipélago, dada a sua reduzida dimensão geográfica, bem como a sua pouca expressão económica quer a nível do continente e o resto do mundo., considera-se que o país é forçado a associar-se a grandes espaços. Nesta ótica, espaço CEEAC é equacionado como um veículo estratégico de capital importância para internacionalização para país, decorrente de vir a constituir uma janela de oportunidade para aumentar os argumentos para atrair mais e maiores investimentos, bem como uma possibilidade de aumento do mercado por via de economia de escala, além da mobilização de meios e parcerias para conter as fragilidades a nível de segurança. O mar é indicado como um dos recursos mais relevantes, na medida em que poderá constituir uma plataforma de apoio seguro, de entrada e trânsito das economias extrarregionais para países da região. Para tal, é imperioso que produção de sinergias decorrentes da rede de cooperação entre o mundo económico empresarial, instituições científicas e outros atores económicos. Daí a necessidade do país estar atento aos desafios da organização e procurar alargar mais as relações de cooperação com os países membros da CEEAC.

Por outro lado, a opinião dos inquiridos que responderam as perguntas em molde de perguntas fechadas (Anexo 4) revelam perspectivas diferentes. Apenas 19,44% são de opinião que a CEEAC em nada contribui para o desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe. Cerca de 38,89 % dos inquiridos acreditam que o crescimento económico do país, deve-se em parte as trocas comerciais entre os Estados do espaço CEEAC, enquanto 33,33% são de opinião, que a CEEAC tem contribuído para o progresso e desenvolvimento do país O fato é que esta evidência permite-nos concluir que os inquiridos não têm conhecimento que São Tomé e Príncipe é membro efetivo da CEEAC, nem o contexto da sua localização ou, não são capazes de formular uma opinião critica a respeito da evolução temporal do espaço CEEAC, possivelmente devido à falta informação e divulgação e promoção deste espaço enquanto comunidade económica (Figura 15).

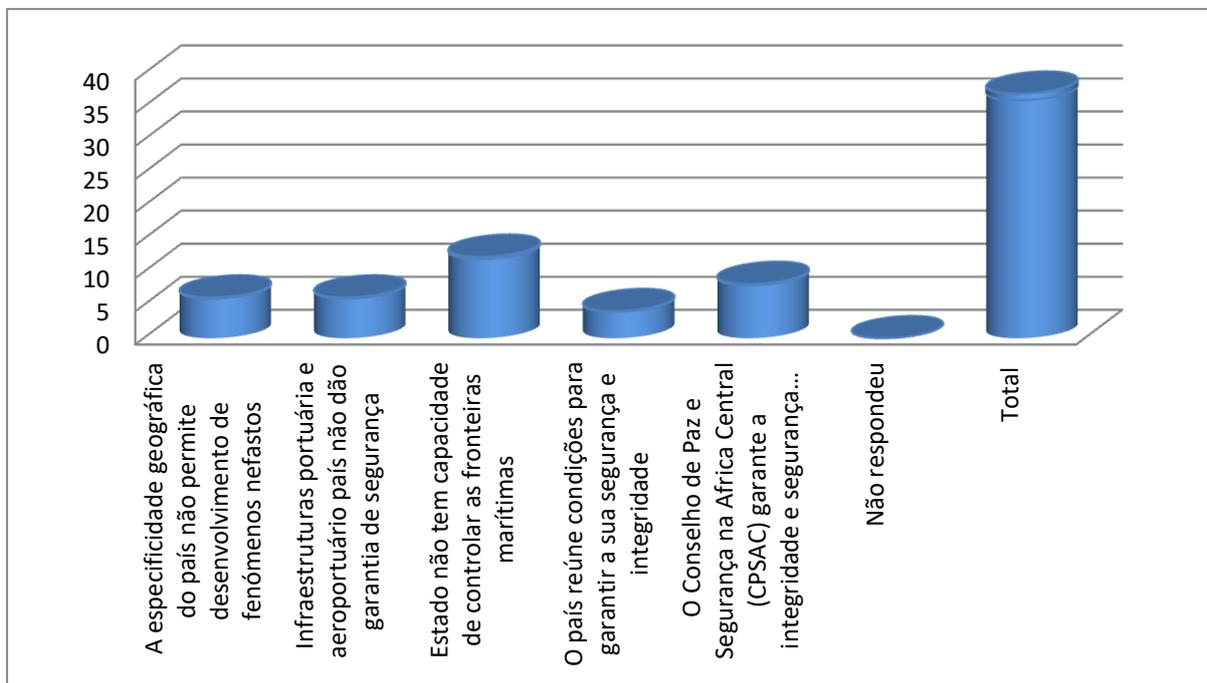
Figura 8 - Influencia económica da CEEAC São Tomé e Príncipe (% dos inquiridos)



Na ótica da segurança, as opiniões vão no sentido de convergência de que o arquipélago, enquanto país isolado, não tem capacidade nem recursos, para enfrentar isoladamente os problemas sociais cada vez mais complexos nas sociedades contemporâneas e as ameaças emergentes, particularmente a nível da África Central onde existe, nomeadamente, a questão do Boko Haram (grupo radical islâmico). O país deve estar ciente de que a estratégia consiste no reforço da cooperação entre diversas economias da região, sendo que 16,67% dos inquiridos acreditam que a especificidade geográfica do país não permite desenvolvimento de fenómenos nefastos, 16,67% defendem de que as infraestruturas portuárias e aeroportuários

país não dão garantia de segurança e 22,22% vêm a segurança do país espelhada no Conselho de Paz e Segurança na Africa Central (CPSAC). Mas, em comparação com os restantes Estados do espaço CEEAC, 61,11% dos inquiridos vêm com bons olhos a projeção de São Tomé e Príncipe com corredor para o resto do mundo através de estratégia de mar no Golfo da Guiné a nível da sub-região, possivelmente em função da sua especificidade geográfica bem como a localização na encruzilhada entre a Comunidade Económica de Estados da Africa Central outras economias não regionais.

Figura 9 - Nível de Segurança (% dos inquiridos)



Quanto a estado da justiça e aos aspetos da política santomense, esses fazem parte de entre muitos fatores que os agentes económicos não conseguem controlar mas que, os equacionam antes da tomada de decisão. Com o estudo ficamos com a perspetiva que 74,22% dos inquiridos, não demonstram confiança no sistema judicial santomense. Este facto pode ser explicado se tomarmos em consideração as carências que assolam a generalidade dos sistemas judiciários africanos, nomeadamente, a falta de recursos humanos qualificados, o elevado índice de corrupção, faltas de condições de trabalho entre outras. No que toca ao aspeto político, 77,78% dos inquiridos vêm com alguma razoabilidade o funcionamento do sistema político. Isto, se partimos do pressuposto generalizado do continente africano. Se olharmos somente para o sistema interno, então assiste-se a alguma reserva. Não obstante tratar-se de

um país tranquilo e calmo, na verdade é que desde da instauração do regime democrático em 1991 quando se realizou a primeira eleição legislativa até a presente data, o país já conheceu 16 governos constitucionais fruto de perpétuo conflito entre os Presidentes da República e o Primeiros-ministros. Ora estes fenómenos podem-se juntar a outros como custos de fatores de produção onde 52,78% dos inquiridos perspectiva oneroso para investir, bem como a pouca atratividade para investir na qual, 50% dos inquiridos dizem não estão dispostos a investir (muito por culpa da pequena dimensão, isolamento e falta de recursos). Estes fenómenos influenciam negativamente a tomada de decisão por parte dos agentes económicos na escolha de local para investir. A perspectiva que se pode evidenciar, é que nas atuais condições do país, fruto das conjunturas externa e interna que aflige o país, onde quase todo tecido económico é dominado por iniciativas empresariais de carácter informal mas, de importância fundamental, a nível de criação de emprego informal de subsistência e rendimento para as famílias, não se preconiza qualquer desenvolvimento do país pelo menos a curto prazo.

Figura 10 - Justiça em São Tomé e Príncipe

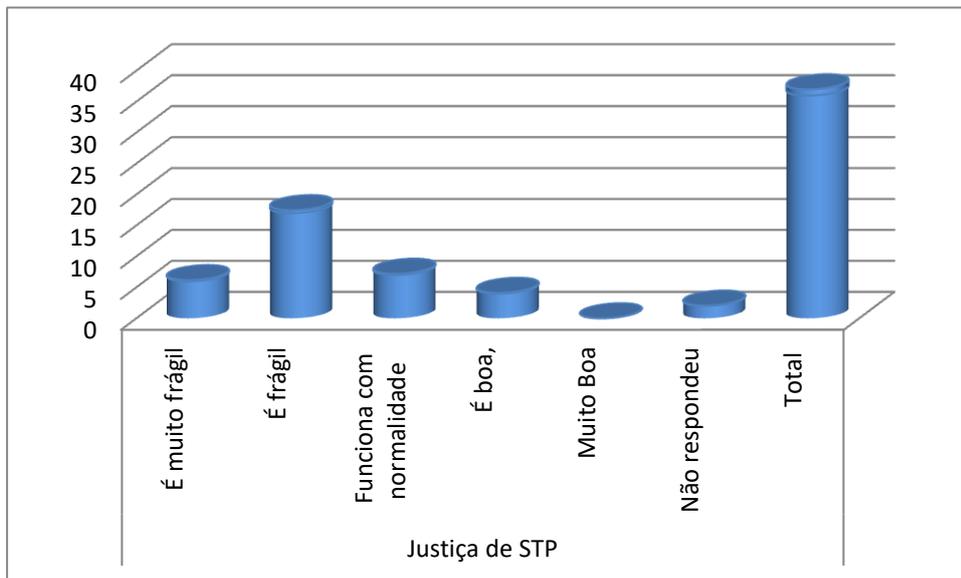


Figura 11 - Custo de fatores de produção

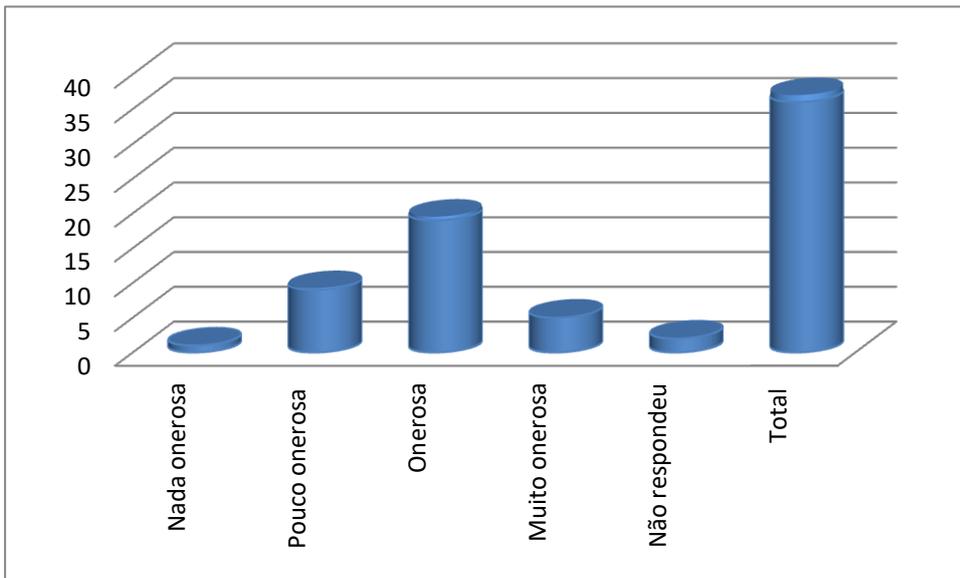


Figura 12- Situação político-democrática



6. Conclusão

Neste trabalho analisámos a problemática da posição geoestratégica de São Tomé e Príncipe enquanto nó entre vários arcos num espaço de interação entre economias regionais e extra regionais, como grande desafio para o desenvolvimento do país. A nossa pergunta de partida consistiu em verificar até que ponto São Tomé e Príncipe poderá vir a converter-se num entreposto entre mercados regionais africanos e economias terceiras em função da sua localização, paz, segurança e baixo índice de criminalidade, fatores que o caracterizam face ao contexto africano.

Em geral os fundamentos e as vantagens da integração regionais são maioritariamente de natureza económica, passando pelo alargamento de mercado pela criação do comércio por intermédio da exploração de economias de escala, com consequência a nível de convergência de rendimento entre os Estados integrados. No entanto, de acordo com o entendimento teórico, a efetivação do processo de integração de uma determinada região, é governada pela vontade política dos Estados que se revela de fundamental importância para o sucesso da integração o qual, abarca objetivos extremamente importantes como crescimento económico, paz, segurança regional coesão política e social, entre outros.

Nesta ótica, no contexto africano, a determinação política por parte dos Estados tem sido pouco explorada. Em geral, são evidentes alguns atrasos no processo de integração em todas as regiões da África. O comércio inter-regional é bastante diminuto, com performance que não ascende a 10% do comércio total dos países, ou seja, a de integração em África em geral, é um processo de longo prazo e apresenta desafio no domínio da liberalização do comércio.

Relativamente a CEEAC, esta segundo a PRACAC (2014; 7) é com efeito a região menos integrada da África apesar de consideráveis potencialidades em matérias-primas. O índice de perceção dos investidores estrangeiros (segundo os Barómetros de 2013 e 2014 do CIAN) dá indicações nesse sentido. Em dois anos consecutivos a região da África Central ficou classificada em última posição em relação a outras regiões do continente. Isto é, a economia dos países da CEEAC é instada a transforma-se estruturalmente. Tem de libertar o seu potencial e criar condições para a base produtiva diversificada que permita um crescimento robusto e partilhado, garante de coesão social e estabilidade política. Um processo que requer implementação de reformas que promovam investimento privado orientado para sectores catalisadores de diversificação.

Olhando para os dados da integração regional deste espaço podemos dizer que os objetivos económicos ficaram muito a quem dos estipulados. No que toca a liberalização das trocas comerciais, ainda persistem obstáculos de natureza tarifária e não tarifária, dificultando as trocas intrarregionais e a livre circulação de pessoas e bens, dado os E.M. temerem perder as principais fontes de rendimentos de que dispõem decorrentes das fragilidades económicas. O índice de complementaridade comercial entre países da região é muito reduzido. As trocas comerciais exigem complementaridade das economias, implicando níveis de especialização diferenciada entre parceiros. O baixo nível de industrialização da região reduz essa possibilidade que, no entanto poderá ser estimulada pelo desenvolvimento económico e pelo esforço de diversificação das economias.

Tomando como pano de fundo a opinião dos inquiridos que responderam ao questionário em moldes de perguntas abertas, fechadas e da análise de dados secundários, analisámos o processo de integração de São Tomé e Príncipe na CEEAC, onde ficamos a perceber melhor a natureza da sua integração. Constatámos que São Tomé e Príncipe é membro de pleno direito da CEEAC desde a sua instituição de 18 de Outubro de 1983, subscrita pelos Estado Membros da União Aduaneira do Estados da Africa Central - UDEAC (Camarões, República Centro Africana, Chade; República do Congo, Guiné Equatorial e Gabão), o Estados Membros da Comunidade Económica do Estados dos Grandes Lagos - CEEGL (Burundi, República Democrática do Congo Ruanda e São Tomé e Príncipe).

Conforme mencionado anteriormente, a CEEAC foi criada com intuito de proporcionar a cooperação e integração regional mas, a realidade tem demonstrado uma imagem confusa deste espaço. Isto é, a criação da CEEAC tem tido motivações mais de domínio da política do que económica, mais de unidade africana do que integração de mercado, mais de solidariedade do que competição com outros espaços económico propriamente ditos.

A investigação permitiu-nos equacionar que a internacionalização através da inserção nas comunidades foi sem dúvida a fórmula mais satisfatória de São Tomé e Príncipe responder às necessidades imediatas da modernização, de abertura da sua sociedade, da democratização e inserção na economia mundial. Como afirmado pelo professor Dr. Esterline Gonçalves Género, inquirido no âmbito deste trabalho, esta opção foi motivada em grande parte pela tomada de consciência da impossibilidade de um pequeno Estado insular conseguir desenvolver-se sem estar inserido em espaços económicos de maiores dimensões. Ou seja, o próprio contexto ainda que baseado em pressupostos meramente geográfico, justifica a integração na comunidade económica na esperança de afirmação comum, uma relação de boa vizinhança, paz e de segurança regional.

A investigação revelou que a integração de São Tomé e Príncipe na Comunidade Económica traz para o país tanto vantagens como desvantagens. Existem questões preocupantes que poderão vir a constituir potencial desvantagem: é o caso do fenómeno da livre circulação de pessoas. São Tomé e Príncipe que sempre se caracterizou por um país de reduzido movimento migratório, poderá vir a converter-se num país de destino de imigrantes oriundos de países da região em cenários de crises económica e conflito geradores de dificuldades em alguns países africanos. Se, por um lado, São Tomé e Príncipe poderá constituir um país de refúgio por se tratar de um país caracterizado pela calma, paz e baixo índice de criminalidade, por outro lado, a livre circulação de habitantes entre os E.M. sem controlo de fronteiras poderá revelar-se nefasta para o país. Existe, assim, a possibilidade do país vir a estar exposto aos ataques terroristas, entrada de drogas e materiais ilícitos com a efetivação da integração, de vir a constituir verdadeiro ninho para desenvolvimento de atos ilícitos (terror, drogas) em sequência da incapacidade das forças de seguranças nacionais para controlar o território nacional, tanto a nível terrestre como da ZEE que aliás, ocupa uma extensão superior à superfície terrestre, sem tomarmos em conta a incapacidade de absorção dos imigrantes a nível reduzida dimensão territorial, infraestruturas sociais, de saúde, educação emprego, entre outros.

No que concerne aos benefícios, as vantagens são de várias ordens. Desde logo pela posição conjuntural geoestratégica quer no contexto da costa africana, como no atlântico. Em vários momentos a localização do arquipélago tem sido apresentada como um recurso natural de grande valia no contexto mundial, decorrente da sua posição geoestratégica. No entanto, o valor da sua localização é uma situação governada pelas conjunturas internacionais, algo que o arquipélago não controla. Isto é, enquanto nó entre vários arcos, num espaço de interação entre diferentes economias, a sua posição é de grande fragilidade, ou seja, na prática a estratégia consiste em tirar partido da conjuntura adversa, que frequentemente assola diversos países da região e do continente africano de modo geral, bem como, em função do desenvolvimento tecnológico e ou de segurança global que tem refletido na valorização não só do país como mera escala ou ponte de passagem, como da sub-região, corredor para Europa e resto do mundo.

O desenvolvimento do comércio internacional, o aumento do fluxos de navios e de mercadorias, valorizam as ilhas num quadro de mundo globalizado. No entanto, constituem fatores de fragilidades para o arquipélago, a sua condição de microestado insular bem como, carências de recursos naturais, infraestruturais, financeiros, grande vulnerabilidade e

dependência de grandes espaços, apesar de uma atmosfera de paz, segurança e baixo índice de criminalidade que caracteriza as ilhas.

Por conseguinte, este microestado reclama um vasto espaço marinho a nível das zonas económicas exclusivas que pode ser negociado através de alianças e valorização estratégica. A necessidade de aliança com outros espaços é incontornável. A fragilidade do país resultante da sua reduzida dimensão territorial, deficiência de recursos naturais e financeiros, exigem associação e cooperação aos grandes espaços, para mobilização de recursos e de parcerias para a segurança e viabilidade do desenvolvimento do país. Nesta ótica, desde a declaração de independência, o país tem buscado alianças para a sua integração na cena internacional. Na busca de consolidação de espaços de cooperação, o Estado santomense tem acordo de cooperação estabelecido com várias organizações como por exemplo a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), PALOP (Países de Língua Oficial Portuguesa), OIF (Organização internacional da Francofonia), CGG (Comissão do Golfo da Guiné), o país é membro da CEEAC (Comunidade Económica de África Central), tem estatuto de observador CEMAC (Comunidade Económica Monetária de África Central), tem parceria estratégica de ZDC (Zona de Desenvolvimento Conjunto) com a Nigéria, tem acordo de cooperação estabelecidos coma EUA e a União Europeia

No domínio económico, na análise feita à estrutura de comercio externo santomense, constatámos que ganhos económicos desde a integração na comunidade está aquém do esperado já que, os dados concretos apontam para resultados praticamente nulos, sendo que a sua participação na CEEAC não atinge os 0,5%, nem apresenta uma perspetiva animadora. Existe pouca complementaridade entre as economias da sub-região, o que faz com que São Tomé e Príncipe não encontre os principais produtos que precisa no mercado sub-regional. O principal parceiro comercial de São Tomé e Príncipe é a Zona Euro. No ano de 2014, o volume de transação com a zona euro foi de cerca de 63,5%, enquanto a África o segundo parceiro com quota de exportação na ordem dos 28,3%. A exiguidade territorial e o isolamento limita a atratividade para instalação de atividades industriais, de investimentos e um contacto reduzido com a África Central. As trocas comerciais limitam-se praticamente ao sector informal. O baixo nível de industrialização reduz a possibilidade de trocas comerciais. A cultura de empreendedorismo é muito frágil e ainda existem poucos concorrentes nacionais dotados de uma cultura de inovação e de sucesso. Infelizmente, as iniciativas privadas ainda são consideradas como resultado de uma incapacidade de aceder a um emprego remunerado na função pública ou numa grande empresa. A criação e o desenvolvimento de uma atividade

própria estão assim, longe de serem entendidas como um sinal de sucesso social. Deste modo, o percurso empresarial permanece difícil na maioria dos países da região.

Ainda que no domínio económico os dados apontam para uma residual ou quase nula criação de comércio entre o arquipélago e os países da região, a perspectiva é que, a longo prazo o país venha tirar partido com a efetivação da integração. A esperança reside na dinâmica do país poder vir a ultrapassar as vulnerabilidades estruturais, nomeadamente a nível da ineficácia da burocracia pública, a nível das infraestruturas, capital humano, transportes, água, energia, telecomunicações, matérias-primas, entre outros, o que onera a competitividade e entrava o comércio intracomunitário.

Tomando como referência a pequenez territorial e a reduzida dimensão de mercado, que consequentemente limita a atratividade para instalação de indústrias e de investimentos, espera-se que a inserção de São Tomé e Príncipe na CEEAC constitua uma janela de oportunidade de inserção na esfera de economia internacional, na medida em que aumenta os argumentos para atrair mais e maiores investimentos e proporciona ao país economias de escala. Ou seja, o desafio mais exigente para o arquipélago passa por situar o país no próprio centro de construção da África, participar no processo da integração africana.

Uma vez que, no mundo globalizado, nenhuma economia consegue por si só, enfrentar os problemas sociais cada vez mais complexos nas sociedades contemporâneas e as ameaças emergentes, particularmente a nível da África Central onde a questão do Boko Haram tem vindo a gerar preocupações crescentes, o país deve estar ciente de que a estratégia consiste no reforço da cooperação entre diversas economias e regiões, como forma de conter as fragilidades e mobilizar meios e parcerias diversas para sua melhor prevenção. Para tal, o país tem de promover ações mais participativas no quadro geral da CEEAC e, em tempo útil, ultrapassar os estrangulamentos e bloqueios que se detetarem, quer a nível político, económico, financeiro, e consequentemente fazer parte dos centros da comunidade. Desta forma, além de, responder os ideias dos líderes africanos de criar uma unidade africana e de uma identidade nacional, a inserção de São Tomé e Príncipe na CEEAC permite o país beneficiar de uma estratégia de segurança, baseada na perspectiva holística,

Referências bibliográficas:

Abegunrin, Olayiwola (2009), *Africa in global politics in the twenty-first century: a pan-African perspective*. Springer.

African Development Bank (AfDB), OECD, UNDP e UNECA (2012) “Perspetivas Económicas em África - São Tomé e Príncipe 2012”. Disponível em <https://infoeuropa.euocid.pt/files/database/000052001-000053000/000052760.pdf>.

AICEP Portugal Global (2015), "São Tomé e Príncipe Ficha de Mercado". Disponível em <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/SaoTomePrincipeFichaMercado.pdf>.

AIP (2014), “São Tomé e Príncipe. Integração Regional na CEEAC e relacionamento com os países da CPLP. Disponível em <https://www.cgd.pt/Empresas/Plataforma-Internacional/Estudos/Documents/8-SAO-TOME-GABAO-CEEAC-CPLP.pdf>.

Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) (2014), “Conjuntura Macroeconómica”.

Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) (2015), “Relatório Anual da Economia São-tomense 2014”. Disponível em www.bcstp.st/Gestsite/EstudosEconomicos/EstatisticasPDF/RelatorioAnual25062015_11_1_55.pdf.

Bento, Vítor (2004), *Os Estados Nacionais e a Economia Global*, Coimbra, Livraria Almedina.

Caixa Geral de Depósitos (CGD) (2014), "São Tomé e Príncipe - Oportunidade e Potencial de Desenvolvimento". Disponível em <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>.

Cardoso, Maria Manuela Lemos Castro (2005), *Importância da criação da infra-estruturas e da Formação de Recursos Humano no Desenvolvimento. Os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Dissertação de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

CESO CI, SA, (2013), “Estudo sobre o Mercado do Golfo da Guiné”. Disponível em http://www.ceso.pt/upload/pdf/content_intelligence/EIojhnWg/Estudo_GolfodaGuine.pdf.

Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização (CMDSG) (2005), *Por uma Globalização Justa*, Oeiras, Celta Editora.

Confederação Empresarial da CPLP (CE-CPLP) (2015), “São Tomé e Príncipe – Um Olhar sobre o Futuro”, Disponível em <http://docplayer.com.br/11291006-Sao-tome-e-principe-1-visao-geral-da-economia-de-sao-tome-e-principe-1-1-estrutura-productiva-um-olhar-sobre-o-futuro.html>.

Diallo, Alfa (2006), *A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) - Paradigma para o Desenvolvimento*: Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/7484>.

Fernandes, Lito (2011), "Economia Política da Integração Regional na África Ocidental: A União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) como Estratégia para o Desenvolvimento Regional", Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36098/000817469>.

Fernandes, Lito; Boukouna, Jean; Junior, José (2011), “Integração Económica Regional na Africa Ocidental: Uma Visão Critica”, Revista Conjuntura Austral, Vol. 2, nº 8. Disponível em <http://oaji.net/articles/2015/2137-1438020511.pdf>.

Ferreira, Manuel Ennes (2005), “Integração Económica em Africa: Poder e Identidade”

FMI (2014), "República Democrática de São Tomé e Príncipe - Relatório nº 14/2". Disponível em <https://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2014/cr1402p.pdf>.

Geda, Alemayehu, and Edris Hussein Seid. "The potential for internal trade and regional integration in Africa." *Journal of African Trade* 2.1 (2015): 19-50.

Krapohl, Sebastian; Fink, Simon (2013), “Different Paths of Regional Integration: Trade; Networks and Regional Institution – Building in Europe, Southeast Asia and Southern Africa: *Journal of Common Market Studies*, 51(3), 472-488.

Lopes, António Simões (2002), "Globalização e Desenvolvimento Regional". *Gestão e Desenvolvimento*, 11, 9-25.

Lopes, Raul (2001), *Competitividade Inovação e Territórios*, Celta Oeiras.

Medeiros, Eduardo Raposo (1998), *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Moreira, Cássio Silva (2010), "Integração Regional como Resposta ao Processo de Globalização". *Gestão Contemporânea*, 7(7): 215-243

Projeto Regional de Facilitação do Negócios no Espaço CEEAC - PRFNECEEAC (2015), "Programa Regional para Melhoria do Clima Empresarial na África Central".

Robson, Peter (1998), *The Economics of International Integration*: Ruthedge, Fourth edition.

Rukudzo, Marupa (Murapa, R. (2002). “A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): rumo à integração política e econômica”. *Impulso*, nº31, Setembro.

Seibert, Gerhard (1998), São Tomé e Príncipe: instabilidade Política e Crise Económica num Micro-Estado insular. Oficina do Centro de Estudos Sociais: Coimbra.

Schiff, Maurice e Winters, L. Alan (1998). Dynamics and politics in regional integration arrangements: an introduction. *The World bank economic review*, 12(2), 177-195.

Simão, José Veiga e Oliveira, Jaime da Costa (2002), *Potencialidades de Cooperação para a Competitividade: Regiões e Países de interesse Estratégico para Portugal*.

Trindade, Augusto José Pereira (2006), *Desenvolvimento Económico Integração Regional e Ajuda Externa em África*: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP/UTL), Lisboa.

Vasques, Sérgio (1997), *A Integração Económica Africana; Fim de Século*

Venâncio, José Carlos (1997), *O Desafio Africano: Actas do Colóquio "África de Língua Portuguesa: Presente e Futuro"* organizado na Universidade da Beira Interior nos dias 23 e 24 de Maio de 1996.

Visentini, Paulo Fagundes (2011). *A África na Política Internacional: O sistema interafricano e sua inserção mundial*. Curitiba: Juruá.

Anexos

Anexo 1 – Guião de inquérito

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Data __/__/____

O presente questionário insere-se no trabalho final de Mestrado em Economia e Políticas Públicas lecionado no ISCTE-IUL, elaborado com vista a avaliar os efeitos das externalidades decorrentes da integração de S. Tomé e Príncipe na Comunidade Económica Regional (Comunidade Económica Estado África Central), bem como, as relações de cooperação com as economias extrarregionais. Para isso será indispensável apurar e identificar as razões, as condições, os benefícios e as desvantagens da integração de S. Tomé e Príncipe na referida Comunidade Económica.

De Salientar, que os dados recolhidos serão unicamente aplicados no âmbito da pesquisa académica, realizada com propósito de confrontar os diversos pontos de vista com as teorias existentes sobre o assunto.

Idade	<input type="text"/>	Género	<input type="text"/>
Profissão	<input type="text"/>	Grau Escolaridade	<input type="text"/>

1. Em que contexto S. Tomé e Príncipe integra a CEEAC? S. Tomé e Príncipe aderiu a CEEAC na íntegra ou existem limitações? Quais as áreas abrangidas pelas regulações da CEEAC e os principais documentos assinados?

R:

2. Quais os benefícios e desvantagens que a CEEAC oferece S. Tomé e Príncipe?

R:

3. Qual a utilidade e como é que a CEEAC afeta S. Tomé e Príncipe económica, política e culturalmente?

R:

STP – I RET

4. Em que medida a livre circulação de pessoas e bens, pode afetar negativamente a segurança do país? Quais soluções para atenuar os possíveis riscos da insegurança?

R:

5. Tendo em conta as características do país e a sua localização, em que aspetos S. Tomé e Príncipe representa um ponto de segurança para a sub-região e para o corredor com o resto do mundo?

R:

6. Em que medida ser membro da CEEAC afeta positiva ou negativamente as relações de cooperação que S. Tomé e Príncipe tem estabelecido com países extrarregionais?

R:

7. Qual a evolução e importância do comércio entre S. Tomé e Príncipe e a CEEAC desde a instituição desta comunidade, e o comércio do país com o resto do mundo?

R:

8. Qual a posição do país em termos estratégicos? No futuro qual será papel que STP poderá desempenhar dentro da referida comunidade?

R:

Obs.:

Anexo 2 - Apresentação dos resultados dos questionários – perguntas abertas

Categoria	Indicadores	Frequência	%
Contexto da integração na CEEAC	STP integra a CEEAC no contexto pan-africano,	1	33.33%
As áreas abrangidas pela regulação.	As áreas constam no próprio tratado constitutivo/funcional. Os documentos são vários: económicos, segurança, agrícola, desportivo, etc.	2	66.66%
Benefícios e desvantagens da integração de S. Tomé e Príncipe na CEEAC.	A região da África Central é uma das mais instáveis/conflituosa do mundo. Esta apresenta-se pouco atrativa, dado a instabilidade e risco para investidores internacionais. STP enquanto Estado Soberano, inserido na África Central, não sobreviveria sem fazer alianças. A razão da integração é de acrescentar mais-valia.	3	100%
Utilidade e afetação económico, político e cultural da CEEAC em S. Tomé e Príncipe.	Impulsiona a economia do país através da zona de livre comércio, benefícios fiscais, taxas aduaneiras. Perante os acordos assinados e o desejo de participar no processo de integração, o país vê-se obrigado a cumprir todos os compromissos assumidos. A nível de segurança, permite a sub-região adotar uma estratégia de defesa baseada numa perspetiva holística.	2	66,66%

STP – I RET

<p>Possíveis riscos da insegurança decorrente da livre circulação de pessoas e bens e soluções.</p>	<p>Sendo um país muito pequeno e limitado, adivinha-se que a pressão cultural e a solidariedade social poderão revelar mecanismos dificultadores da insegurança. No entanto, decorrente da falta de meios e incapacidade do país controlar a vasta zona económica exclusiva, esta poderá constituir ponto fraco no domínio de possíveis riscos e insegurança para o país.</p> <p>Contudo, para garantir a paz, segurança, e estabilidade, a CEEAC trabalha em parceria com varias instituições como a COPAX, a UNREC e outras.</p>	<p>3</p>	<p>100%</p>
<p>Aspetos que representa S. Tomé e Príncipe como ponto de segurança para a sub-região e para o corredor com o resto do mundo</p>	<p>A sua posição geoestratégica representa um recurso natural de grande valia quer no contexto de costa africana, quer no atlântico.</p> <p>No decurso das constantes crises vividas em diversos países da região, a estratégia consiste em apresentar e explorar o mar de S. Tomé em Príncipe como plataforma de apoio seguro, de entrada e transito das economias extra -regionais para países da região.</p> <p>Por outro lado, sendo STP um país democrático, pacífico, poderia servir de uma espécie de zona de negociação, de resolução de conflitos da CEEAC.</p>	<p>2</p>	<p>66,66%</p>
<p>Consequências positiva ou negativo nas relações de</p>	<p>Cooperar com países extrarregionais nunca é problema. Os Estados são livres para implementar estratégias desde que não interfira na soberania dos outros ou</p>	<p>3</p>	<p>100%</p>

STP – I RET

<p>cooperação que S. Tomé e Príncipe tem estabelecido com países extrarregionais Em virtude da sua integração na CEEAC</p>	<p>ponha em causa o espírito da própria integração</p>		
<p>Evolução e importância do comércio entre S. Tomé e Príncipe, CEEAC e o resto do mundo</p>	<p>A nível comercial a integração CEEAC está aquém do esperado. Não se tem verificado nenhuma evolução desde a instituição desta comunidade. É necessário que as instituições vocacionadas, o mundo empresarial, os académicos, etc, sejam mais intervenientes</p>	<p>3</p>	<p>100%</p>
<p>Posição estratégica do país e o futuro dentro da comunidade</p>	<p>Em função da sua localização, o país deverá procurar alargar mais as relações de cooperação com os países membros da CEEAC, em traços de uma diplomacia económica acutilante e de aproximação. Estratégias do país e o futuro estão elencadas no próprio programa do governo no capítulo da política externa, O desafio mais exigente para a economia e sociedade do arquipélago, passa por situar no próprio centro do processo de construção da África, uma visão que servirá ao contexto da CEEAC. S. Tomé e Príncipe deverá trabalhar mais na defesa do interesse comum e próprio.</p>	<p>3</p>	<p>100%</p>

Anexo 3 – Guião de Inquérito

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Data __/__/____

O presente questionário insere-se no trabalho final de Mestrado em Economia e Políticas Públicas lecionado no ISCTE-IUL, elaborado com vista a avaliar os efeitos das externalidades decorrentes da integração de S. Tomé e Príncipe na Comunidade Económica Regional (Comunidade Económica Estado África Central), bem como, as relações de cooperação com as economias extrarregionais. Para isso será indispensável apurar e identificar as razões, as condições, os benefícios e as desvantagens da integração de S. Tomé e Príncipe na referida Comunidade Económica.

De Salientar que não existem respostas certas ou erradas. Os dados aqui recolhidos serão unicamente aplicados no âmbito da pesquisa académica, realizada com propósito de confrontar os diversos pontos de vista com as teorias existentes sobre o assunto.

Idade	<input type="text"/>	Género	<input type="text"/>
Profissão	<input type="text"/>	Grau Escolaridade	<input type="text"/>

1. Em que contexto S. Tomé e Príncipe integra a CEEAC?

Aderiu a CEEAC na íntegra	<input type="checkbox"/>
Com limitações	

2. As áreas abrangidas pelas regulações da CEEAC consubstancia à:

A livre circulação de capitais, mercadorias e serviços	<input type="checkbox"/>
A livre circulação de pessoas	
A livre circulação de capitais, mercadoria, pessoas e serviços	
Livre circulação de mercadorias	
A livre circulação de pessoas e informações	

STP – I RET

3. A CEEAC foi criada com a missão de promover o fortalecimento da cooperação harmoniosa e dinâmica, equilibrada e auto – sustentável entre os Estados-membros. No entanto este processo envolve benefícios e desvantagens. A nível económico, como é que a CEEAC tem influenciado S. Tomé e Príncipe?

Em nada tem contribuído o desenvolvimento do país

Tem contribuído para progresso e desenvolvimento do país

Tem permitido aumentar o nível de vida da população

Tem estimulado o crescimento económico e trocas comerciais entre os EM da CEEAC

4. A integração regional assenta no alargamento do mercado e obtenção de ganhos comerciais resultante da regionalização e especialização das estruturas de produção bem como, realização de outros objetivos de políticas comerciais e económica. Neste contexto a integração não tem permitido:

Reduzir as deficiências estruturais

Amortização de exposição aos choques externos

Especialização nos domínios que constituem vantagens comparativas do país

Aumento do comércio, estabilidade política, baixa dos preços dos produtos e serviços;

Ganho de eficiência, aumento do comércio e ganho de economia de escala

5. É da opinião de muitos autores que a integração influencia positivamente os aspetos político/democrático dos países integrados. Nesta ótica cateteriza o contexto político/democrático de S. Tomé e Príncipe.

Má

Razoável

Boa

Muito boa

STP – I RET

6. É consensual que um sistema judicial fiável e eficaz tem um impacto direto sobre a regulação económica e confere uma segurança jurídica indispensável à vida das empresas. Classifica o sistema jurídico santomense.

É muito frágil

É frágil

Funciona com normalidade

É boa,

Muito Boa

7. Os operadores económicos são bastantes sensíveis ao comportamento mercado e aos fatores de produção nomeadamente, capital humano, transportes, água, energia, telecomunicações, insumos, matérias-primas, entre outros. Como classifica os custos dos fatores de produção em S. Tomé e Príncipe

Nada onerosa

Pouco onerosa

Onerosa

Muito onerosa

8. S. Tomé e Príncipe tratando de um arquipélago de dimensão reduzida sem expressão demográfica, avalie a atratividade de negócio neste país.

Nada atrativo

Pouco atrativo

Atrativo

Muito atrativo

9. Ao contrário de alguns outros EM, STP é caracterizado por uma atmosfera de paz, segurança e baixo índice de criminalidade. A que nível a efetivação livre circulação de habitantes entre os EM sem controlo de fronteira poderá revelar nefasta para o país?

STP – I RET

O desenvolvimento da integração não produz efeito nefasto para o país a nível de segurança

A o desenvolvimento da integração poderá promover a criminalidade e instabilidade

10. Face a probabilidade de S. Tomé e Príncipe vir a estar exposto aos ataques terroristas, entrada de drogas e materiais ilícitos com o desenvolvimento da integração, avalie a capacidade de país em responder eficazmente o desenvolvimento deste fenómeno.

A especificidade geográfica do país não permite desenvolvimento de fenómenos nefastos

Infraestruturas portuária e aeroportuário país não dão garantia de segurança

Estado não tem capacidade de controlar as fronteiras marítimas

O país reúne condições para garantir a sua segurança e integridade

O Conselho de Paz e Segurança na Africa Central (CPSAC) garante a integridade e segurança do país.

11. Tendo em conta os continuados conflitos e instabilidade política e social que caracteriza de modo geral o continente africano, Tomé e Príncipe face as características e localização, poderá representar um ponto de segurança para a sub-região e corredor para o resto do mundo através de estratégia de mar no Golfo da Guiné, servir de uma espécie de zona de negociação e de resolução de conflitos da CEEAC?

Sim

Não

12. Ser membro da CEEAC

Afeta positivamente as relações de cooperação que S. Tomé e Príncipe tem estabelecido com países extrarregionais

Em nada interfere nas relações que o país tem estabelecido com as economias extrarregionais.

Põe em causa o espírito da própria integração

STP – I RET

13. Classifica evolução e importância do comércio entre S. Tomé e Príncipe e a CEEAC desde a instituição desta comunidade, e o comércio do país com o resto do mundo.

Está aquém do esperado

Atingiu o limiar do seu potencial máximo

É um projeto a longo prazo

14. Em termos estratégicos, no futuro qual será papel que STP poderá desempenhar dentro da referida comunidade?

A dimensão do desafio da CEEAC sobrepõe a capacidade reação de S. Tomé e Príncipe

O país deverá situar no centro do processo de construção da CEEAC e da África

Deverá assumir plenamente os rigorosos compromissos decorrentes aos objetivos da comunidade

Deverá ultrapassar em tempo útil os estrangulamentos e bloqueios que forem detetados em vários domínios

Obs.:

Anexo 4 – Análise das respostas fechadas

Contexto da adesão de STP na CEEAC	Aderiu a CEEAC na íntegra	14	38,89%
	Com limitações	20	55,56%
	Não respondeu	2	5,56%
	Total	36	100,00%
Áreas abrangidas pelas regulações da CEEAC	A livre circulação de capitais, mercadorias e serviços	6	16,67%
	A livre circulação de pessoas	4	11,11%
	A livre circulação de capitais, mercadoria, pessoas e serviços	21	58,33%
	Livre circulação de mercadorias	2	5,56%
	A livre circulação de pessoas e informações	0	0,00%
	Não respondeu	3	8,33%
	Total	36	100,00%
Influência económica da CEEAC a STP	Em nada tem contribuído o desenvolvimento do país	7	19,44%
	Tem contribuído para progresso e desenvolvimento do país	12	33,33%
	Tem permitido aumentar o nível de vida da população	1	2,78%
	Tem estimulado o crescimento económico e trocas comerciais entre os EM da CEEAC	14	38,89%
	Não respondeu	2	5,56%
	Total	36	100,00%
A CEEAC não tem permitido	Reduzir as deficiências estruturais	3	8,33%
	Amortização de exposição aos choques externos	12	33,33%
	Especialização nos domínios que constituem vantagens comparativas do país	6	16,67%
	Aumento do comércio, estabilidade política, baixa dos preços dos produtos e serviços;	5	13,89%
	Ganho de eficiência, aumento do comércio e ganho de economia de escala	8	22,22%
	Não respondeu	2	5,56%
	Total	36	100,00%
Aspeto político/democrático de STP	Má	2	5,56%
	Razoável	28	77,78%
	Boa	6	16,67%
	Muito boa	0	0,00%
	Não respondeu	0	0,00%
	Total	36	100,00%

STP – I RET

Justiça de STP	É muito frágil	6	16,67%
	É frágil	17	47,22%
	Funciona com normalidade	7	19,44%
	É boa,	4	11,11%
	Muito Boa	0	0,00%
	Não respondeu	2	5,56%
	Total	36	100,00%
Custos de fatores produção em STP	Nada onerosa	1	2,78%
	Pouco onerosa	9	25,00%
	Onerosa	19	52,78%
	Muito onerosa	5	13,89%
	Não respondeu	2	5,56%
	Total	36	100,00%
Atratividade negócios em STP	Nada atrativo	2	5,56%
	Pouco atrativo	18	50,00%
	Atrativo	13	36,11%
	Muito atrativo	1	2,78%
	Não respondeu	2	5,56%
	Total	36	100,00%
Efetivação da livre circulação de habitantes E. M	O desenvolvimento da integração não produz efeito nefasto para o país a nível de segurança	20	55,56%
	A o desenvolvimento da integração poderá promover a criminalidade e instabilidade	16	44,44%
	Não respondeu	0	0,00%
	Total	36	100,00%
Capacidade do país face ao terrorismo, drogas e materiais ilícitos	A especificidade geográfica do país não permite desenvolvimento de fenómenos nefastos	6	16,67%
	Infraestruturas portuária e aeroportuário país não dão garantia de segurança	6	16,67%
	Estado não tem capacidade de controlar as fronteiras marítimas	12	33,33%
	O país reúne condições para garantir a sua segurança e integridade	4	11,11%
	O Conselho de Paz e Segurança na Africa Central (CPSAC) garante a integridade e segurança do país.	8	22,22%
	Não respondeu	0	0,00%
	Total	36	100,00%
Tomé e Príncipe de segurança para a	Sim	22	61,11%
	Não	13	36,11%

STP – I RET

sub-região e corredor para o resto do mundo através de estratégia de mar no Golfo da Guiné	Não respondeu	1	2,78%
	Total	36	100,00%
Efeitos positivos/negativos que a CEEAC produz nas relações que o país tem estabelecido com as economias extrarregionais.	Afeta positivamente as relações de cooperação que S. Tomé e Príncipe tem estabelecido com países extrarregionais	19	52,78%
	Em nada interfere nas relações que o país tem estabelecido com as economias extrarregionais.	14	38,89%
	Põe em causa o espírito da própria integração	3	8,33%
	Não respondeu	0	0,00%
	Total	36	100,00%
Evolução e importância do comércio entre S. Tomé e Príncipe e a CEEAC e resto do mundo	Está aquém do esperado	6	16,67%
	Atingiu o limiar do seu potencial máximo	2	5,56%
	É um projeto a longo prazo	28	77,78%
	Não respondeu	0	0,00%
	Total	36	100,00%
Papel que STP desempenhará dentro da referida comunidade	A dimensão do desafio da CEEAC sobrepõe a capacidade reação de S. Tomé e Príncipe	3	8,33%
	O país deverá situar no centro do processo de construção da CEEAC e da África	7	19,44%
	Deverá assumir plenamente os rigorosos compromissos decorrentes aos objetivos da comunidade	20	55,56%
	Deverá ultrapassar em tempo útil os estrangulamentos e bloqueios que forem detetados em vários domínios	5	13,89%
	Não respondeu	1	2,78%
	Total	36	100,00%